



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Sua Excelência O Presidente da
Assembleia Legislativa da Região
Autónoma dos Açores
Rua Marcelino Lima 9901- 858 Horta

S/Referência	S/Comunicação	N/Referência	Data
S/2253/2023	28/08/2023	Sai-AP/2023/227	31/10/2023

ASSUNTO: Requerimento n.º 699/XII (IL) – “Número de ações inspetivas por parte da Inspeção Regional das Pescas”, apresentado pelo Senhor Deputado Nuno Barata, da Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal

Em resposta às questões colocadas no requerimento referido em epígrafe, subscrito pelo Senhor Deputado Nuno Barata, da Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal, cumpre-me informar V. Ex^a. do seguinte:

1. Número de ações inspetivas no ano de 2021, 2022 e até 31 de julho de 2023? Solicita-se a discriminação da informação por ano, mês e ilha.

N.º de ações inspetivas por mês

Ano	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
2021	38	201	205	127	116	160	187	89	126	125	135	120	1639
2022	129	102	112	76	88	107	105	70	114	77	97	49	1126
2023	70	56	82	113	76	23	46	-	-	-	-	-	466 (Até 31/07)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

N.º de ações inspetivas por ilha/ano

Ano	São Miguel	Santa Maria	Terceira	Faial	Pico	São Jorge	Graciosa	Flores	Corvo	Total
2021	835	9	177	275	257	32	11	43	0	1639
2022	451	43	80	207	159	74	74	32	6	1126
2023	276	10	33	68	4	19	45	0	11	466 (Até 31/07)

2. Quantas irregularidades foram detetadas nas ações inspetivas acima mencionadas?

3. Quantos processos de contraordenação foram instaurados, decorrentes das irregularidades detetadas nas inspeções dos anos 2021, 2022 e até 31 de julho de 2023?

Importa esclarecer que os processos de contraordenação decorrem da deteção de ilegalidades e não de irregularidades, sendo que um auto de notícia pode consubstanciar mais do que uma infração.

Dito isto, indicam-se infra os autos de notícia levantados pela Inspeção Regional das Pescas, por ano, sabendo que todos deram origem a processos de contraordenação.

Ano 2021 = 131 autos de notícia da IRP;

Ano 2022 = 182 autos de notícia da IRP;

Ano 2023 (até 31 de julho) = 138 autos de notícia da IRP.

4. Quais as conclusões do processo de sindicância instaurado à Inspeção Regional das Pescas, visando o apuramento de responsabilidades no âmbito de mil processos prescritos? Solicita-se cópia do relatório final do processo de averiguações.

As conclusões preliminares da referida sindicância deram origem a um processo de inquérito que está a decorrer na Inspeção Administrativa Regional da Transparência e Combate à Corrupção, não havendo, como tal, ainda o relatório final do mesmo processo.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

5. Quadro de Pessoal da Inspeção Regional das Pescas, em dezembro de 2020. Solicita-se que os dados do quadro de pessoal sejam discriminados por ilha, categoria, cargo e função de cada funcionário.

Dados solicitados constantes do quadro infra:

N.º		
	Categoria / Cargo	Ilha
1	Inspetor Regional	Faial
2	Inspetor Principal	São Miguel
3	Técnico Superior	Faial
4	Inspetor	Faial
5	Técnico Superior	Faial
6	Assistente Técnico	Faial
7	Inspetor Superior Principal	São Miguel
8	Inspetor Principal	Terceira
9	Técnico Superior	Faial
10	Inspetor Superior Principal	Terceira
11	Inspetor	São Miguel
12	Assistente Técnico	Faial
13	Chefe de Divisão	Faial
14	Inspetor Adjunto Especialista Principal	Pico
15	Assistente Técnico - Estagiar T	Faial
16	Inspetor Superior	Faial
17	Assistente Técnico	Faial
18	Inspetor Principal	São Miguel
19	Assistente Técnico	São Miguel
20	Inspetor	São Miguel
21	Inspetor Superior	Faial



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

6. Quadro de Pessoal da Inspeção Regional das Pescas, em 31 de julho de 2023. Solicita-se que os dados do quadro de pessoal sejam discriminados por ilha, categoria, cargo e função de cada funcionário.

Dados solicitados constantes do quadro infra:

N.º		
	Categoria / Cargo	Ilha
1	Inspetor Principal	São Miguel
2	Inspetor	Faial
3	Assistente Técnico	Faial
4	Inspetor Superior Principal	São Miguel
5	Inspetor Principal	Terceira
6	Inspetor Superior Principal	Terceira
7	Chefe de Divisão	Faial
8	Assistente Técnico	Faial
9	Inspetor Superior	Faial
10	Assistente Técnico	Faial
11	Inspetor Principal	São Miguel
12	Assistente Técnico	São Miguel
13	Inspetor Regional	São Miguel
14	Inspetor Superior	Faial

7. Número de viaturas oficiais afetas à Inspeção Regional das Pescas em dezembro de 2020? Solicita-se a discriminação da informação por ilha.

Em dezembro de 2020, estavam 4 viaturas afetas à Inspeção Regional das Pescas, das quais:

- 1 no Faial;
- 1 em São Miguel;
- 1 na Terceira;
- 1 no Pico.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

8. Número de viaturas oficiais afetas à Inspeção Regional das Pescas a 31 de julho de 2023? Solicita-se a discriminação da informação por ilha.

Em julho de 2023, estavam 2 viaturas afetas à Inspeção Regional das Pescas, das quais:

- 1 no Faial;
- 1 em São Miguel.

9. Solicita-se cópia do plano operacional e objetivos estratégicos, da Inspeção Regional das Pescas, 2020-2024.

Os planos operacionais e objetivos estratégicos têm carácter anual, anexando-se as cópias referentes aos dos anos 2021, 2022 e 2023, elaborados pela Inspetora Regional das Pescas nomeada pelo atual Governo Regional (Anexos 1, 2 e 3).

Com os melhores cumprimentos,

O Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Assinado por: Duarte Nuno d'Ávila Martins de
Freitas
Data: 2023.10.31 16:07:29-01'00'





Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas

Plano de Atividades

INSPEÇÃO REGIONAL DAS PESCAS

2021



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas

Índice

Introdução.....	4
Caracterização do Setor	5
Caracterização do Serviço	6
Missão e Atribuições	6
Recursos.....	8
Objetivos e Atividades Previstas.....	12



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas

Controlo de Versões

Versão 1 - janeiro de 2021.

N.º Versão	Data	Alteração
2		
3		



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas

Introdução

Em cumprimento da alínea k) do n.º 2, do artigo 33.º, do Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2015/A, de 20 de fevereiro - Orgânica da Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, este plano de atividades pretende servir como instrumento de planeamento de projetos, ações e rotinas a desenvolver pela Inspeção Regional das Pescas neste ciclo de gestão anual.

Com a formação do XIII Governo Regional dos Açores, deu-se início a um novo ciclo de gestão da para a administração pública regional, no âmbito do qual ocorreu a nomeação da atual Inspetora Regional das Pescas, em 24 dezembro de 2020, tendo início de funções a 4 de janeiro de 2021.

A referida nomeação ocorreu durante um período conturbado, de múltiplos constrangimentos devido à pandemia de COVID-19. Estes constrangimentos traduzem-se em diversos condicionamentos, nomeadamente, ao nível de deslocações nas missões inspetivas.

Atente-se que o início de funções ocorreu com um cenário pouco abonatório. Quanto à tramitação do processo contraordenacional, verificou-se um enorme volume de processos por decidir, e um elevado número de processos prescritos, que carece de ser apurado. Adicionalmente, a falta de passagem de pasta pelo anterior Inspetor Regional das Pescas, impediu a consulta de inúmeras informações, nomeadamente, dados relativos a missões conjuntas com outras entidades, e articulações com a DGRM (Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos). E, também não foram concedidos acessos a determinados programas de controlo e vigilância, como é caso do SIFICAP, dos eBCD (Eletronic Bluefin Tuna Catch Document Programme), às Câmaras de Vigilância e Radares, ao Geo@çores. O que ainda aguardo.

Como é de fácil de dedução, atentos à atividade inspetiva e à sua complexidade, e na área em que esta se desenvolve, esta falta de elementos na transição da pasta foi prejudicial ao bom e adequado funcionamento do serviço, assim como é lesivo do princípio do interesse público inerente ao mesmo, não atingindo apenas a IRP em si, mas o Governo Regional dos Açores, não descurando os próprios trabalhadores.

O presente documento foi realizado sem considerar o QUAR da Secretaria Regional do Mar e das Pescas.



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas

Caracterização do Setor

A grande descontinuidade geográfica entre as 9 ilhas do arquipélago da Região Autónoma dos Açores resulta obrigatoriamente numa dispersão assinalável dos meios humanos e materiais necessários para garantir a existência de mecanismos de fiscalização e controlo eficazes e consentâneos com os objetivos que à IRP cabe cumprir.

Em termos de abrangência geográfica é competência da IRP efetuar a fiscalização e controlo de toda a subárea dos Açores da ZEE nacional, com uma extensão de 931.000 de km² e que representa cerca de 56% da ZEE portuguesa.

A frota pesqueira da Região Autónoma dos Açores é composta por 604 embarcações regionais de pesca licenciadas. É constituída maioritariamente por embarcações com comprimentos inferiores a dez metros, à data, representam cerca de 71% do total de embarcações.

Da análise da distribuição espacial da frota regional de pesca verifica-se que a ilha de São Miguel é aquela que apresenta o maior número de embarcações licenciadas representando cerca de 30% da totalidade da frota licenciada da Região Autónoma dos Açores.

A área de intervenção da IRP pode ser resumida do seguinte modo:

- 61 Portos e portinhos;
- 11 Lotas;
- 550 Embarcações de pesca profissional, às quais acrescem algumas dezenas de embarcações não regionais (Região Autónoma da Madeira, Continente português e Comunitárias);
- 2.500 Pescadores profissionais, incluindo apanhadores profissionais;
- 1.000 Embarcações de pesca lúdica, considerando o licenciamento anual médio;
- 3.000 Caçadores-submarinos, considerando o licenciamento anual médio.

Para além do universo anteriormente descrito, acrescentam-se alguns milhares de utilizadores lúdicos da costa que exercem a apanha e pesca de recursos costeiros, dos quais não existem registos oficiais.



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas

Caracterização do Serviço

A Inspeção Regional das Pescas (IRP) é o serviço da Secretaria Regional do Mar e das Pescas, ao qual incumbe, na Região Autónoma dos Açores, programar, coordenar e executar, em colaboração com outros organismos e instituições dotados de poderes de vigilância, a fiscalização e o controlo da pesca marítima, da aquicultura e das atividades conexas.

Missão e Atribuições

O Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2015/A, de 20 de fevereiro regula a atuação da Inspeção Regional das Pescas dos Açores, e atribui-lhe a função de autoridade regional para o controlo e fiscalização da atividade da pesca, exercida na Região Autónoma dos Açores, com a missão de programar, coordenar e executar, em colaboração com outros organismos e instituições, a fiscalização e o controlo da pesca marítima, da aquicultura e das atividades conexas. Nos termos do artigo 31.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2015/A, de 20 de fevereiro, compete à IRP:

- Contribuir para a formulação da política de fiscalização e controlo das atividades da pesca e controlo da qualidade dos produtos deste setor;
- Coordenar, programar e executar, por si ou em colaboração com outros organismos e instituições, ações de fiscalização, vigilância e controlo que assegurem o cumprimento dos normativos que enquadram o exercício da pesca, incluindo a movimentação e transação do respetivo pescado;
- Colaborar com as demais entidades com competência no controlo e acompanhamento da produção, qualidade e colocação no mercado dos produtos da pesca;
- Prevenir e reprimir o incumprimento das normas regionais, nacionais, comunitárias e internacionais, proceder ao levantamento de autos, instruir e decidir os processos de contraordenação que, por lei, lhe são cometidos;
- Coordenar com a autoridade nacional de pesca a execução, nos Açores, da vigilância da pesca, no âmbito do Sistema de Fiscalização e Controlo das Atividades da Pesca (SIFICAP), e gerir e explorar o Sistema de Monitorização Contínua das Atividades da Pesca (MONICAP), relativamente a embarcações registadas nos portos da Região e as que operem no Mar dos Açores;
- Propor à tutela os projetos de diploma com as medidas legislativas e regulamentares necessárias e adequadas ao eficaz controlo da pesca;
- Efetuar estudos e elaborar pareceres relativos às matérias da sua competência;
- Divulgar a legislação e demais normativos reguladores das atividades da pesca, da movimentação e transação do pescado e das normas aplicáveis à produção e colocação no mercado dos produtos da pesca, junto das organizações de



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas

produtores, associações de armadores ou pescadores, associações empresariais, sindicatos, agentes económicos e público em geral, bem como elaborar e difundir as orientações necessárias à prevenção das infrações;

- Prosseguir, enquanto autoridade regional de fiscalização da pesca, as competências de fiscalização e controlo cometidas à autoridade nacional da pesca cujo exercício legalmente esteja cometido à administração regional;
- Exercer ou executar as demais funções ou tarefas que lhe sejam cometidas por lei, superiormente determinadas ou atribuídas por entidades competentes.

A atividade da IRP não se esgota na fiscalização, inspeção e controlo de atividades piscatórias, fazendo parte das funções e serviços prestados por esta inspeção, entre outras, também:

- Validação de Certificados de Captura para pescado, Documento Estatísticos ICCAT para Atum Patudo e Certificados para Atum Rabilo (eBCD);
- Apoio à gestão das pescas, nomeadamente no apoio à análise e interpretação dos dados da pesca;
- Fomentar e colaborar em ações de formação na área das pescas em particular no âmbito da legislação nacional, regional e comunitária da pesca em vigor e aplicável na Região.



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas

Recursos

Recursos Humanos

Para desenvolver as competências que lhe estão organicamente atribuídas, a IRP possui atualmente um quadro de pessoal composto pela Inspetora Regional (cargo de nomeação, em comissão de serviço por três anos), Chefe de Divisão da Divisão de Inspeção e Apoio Jurídico, 2 técnicos superiores juristas, 10 inspetores de pesca da carreira de inspetor superior, 2 inspetores de pescas da carreira de inspetor-adjunto (encontrando-se um a exercer funções de Deputado da Assembleia Legislativa Regional dos Açores), uma Coordenadora técnica (lugar vago), e 5 Assistentes Técnicos (encontrando-se um em licença sem vencimento de longa duração), num total de 18 funcionários em exercício. Encontra-se ainda em funções 1 funcionário, assistente técnico, ao abrigo do Programa Estagiar T, com início de funções a 1 de outubro de 2020, e término a 30 de junho de 2021, com possibilidade de prorrogação por 9 meses, até 30 de março de 2022.

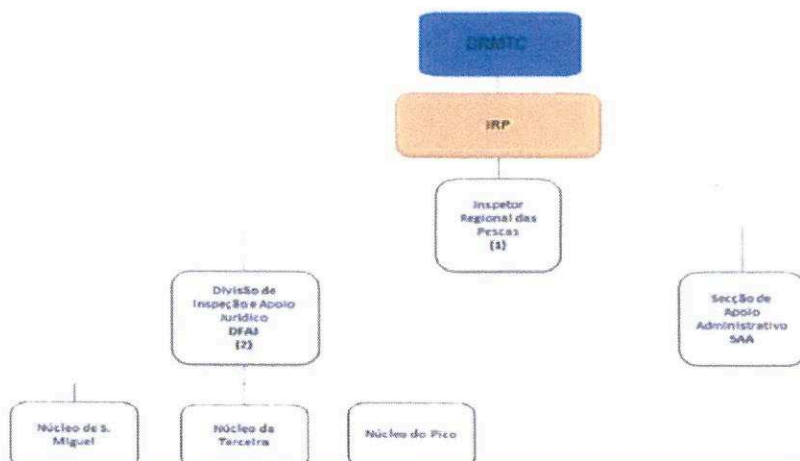
Em termos geográficos, e apesar de exercer a sua atividade em todas as ilhas do arquipélago, a IRP está sediada na ilha do Faial, possuindo núcleos inspetivos, nas ilhas do Pico, Terceira e São Miguel, distribuindo-se o pessoal afeto e em exercício a esta inspeção da seguinte forma:

Chefe de Divisão	1
Inspetores Superiores de Pesca	9
Inspetor-adjunto de Pesca	1
Técnico Superior (Jurista)	2
Assistentes Técnicos	4
Pessoal Programa Estagiar T	1
Total	18



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas

A Inspeção Regional das Pescas apresenta o seguinte organograma:



(1) Cargo equiparado a sub-diretor regional
(2) Chefe de Divisão

Recursos Financeiros

Orçamento Estimado			Total
Funcionamento	Despesas c/ pessoal	784 591,00 €	799 989,00 €
	Aquisição de bens e serviços correntes	15 398,00 €	
Plano	Ação 1	170 000,00 €	281 120,00 €
	Ação 2	30 000,00 €	
	Ação 3	81 120,00 €	
			1 081 109,00 €

Ação 1 - Controlo e inspeção;

Ação 2 - Plano de Ação do Sistema Nacional de Controlo das Pescas: Capacidade inspetiva, Formação e Sensibilização;

Ação 3 - Plano de Ação do Sistema Nacional de Controlo das Pescas: Acompanhamento, Vigilância e Gestão Eletrónica.



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas

Instalações

A IRP, dispões de serviços, com corpo inspetivo, nas seguintes moradas:

IRP - Sede (Faial)

Rua Cônsul Dabney – Colónia Alemã 9900-014 Horta

IRP - Núcleo Inspetivo do Pico

Edifício Matos Souto 9930-210 Piedade

IRP - Núcleo Inspetivo de São Miguel

Rua Eng.º Abel Ferin Coutinho, n.º 15 –3 1.º 9500-191 Ponta Delgada

IRP - Núcleo Inspetivo da Terceira

Edifício das Pescas Porto de São Mateus da Calheta 9700-555 Angra do Heroísmo



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas

Outros Recursos

No âmbito das suas competências, a IRP tem acesso a um conjunto de recursos que permitem potenciar a sua capacidade inspetiva. Não obstante a insuficiência de equipamentos, que se visa suprir, nomeadamente, através da aquisição de equipamentos, é de salientar que os atuais desenvolvimentos tecnológicos permitem que a implementação de medidas de controlo e monitorização seja auxiliada pela disponibilização e envio de informação em tempo quase real para as autoridades de gestão, controlo e fiscalização de pesca. O Geo@çores é outra das plataformas, que é utilizada para controlo da atividade inspetiva, nomeadamente registos de missão, relatórios de missão e abordagens.

Exemplo disso é o MONICAP (Sistema de Monitorização Contínua das Atividades da Pesca), os Diários de Pesca Eletrónicos e a partilha de dados de frota, licenciamento e atividade inspetiva entre as diferentes entidades com competência na matéria. A IRP tem trabalhado no sentido de agilizar o acesso às fontes de informação e desenvolver as rotinas que permitam potenciar essa informação, nomeadamente, em conjunto com a Direção Regional das Pescas (DRP), a LOTAÇOR, S. A. (Serviços de Lotas dos Açores, S.A.), a cujo portal tem acesso, designadamente, em matéria de descargas e a Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos.

O SIFICAP, Sistema Integrado de Vigilância, Fiscalização e Controlo das Atividades da Pesca, regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 79/2001, de 5 de março, permite a participação da Região Autónoma dos Açores, através da IRP, enquanto entidade que suporta as ações de vigilância, fiscalização e controlo das atividades da pesca. Este sistema possibilita, através do recurso às tecnologias de informação, a maximização do aproveitamento dos recursos, em meios humanos e materiais, e das capacidades existentes nas diversas entidades participantes, mediante o estabelecimento de uma melhor interligação e de uma mais estreita colaboração entre as mesmas.

Na mesma senda, a Região Autónoma dos Açores iniciou, em 2016, a implementação de um sistema de videovigilância de áreas costeiras com restrições à atividade da pesca, que tem tido um efeito dissuasor significativo para eventuais utilizações não regulares daquelas áreas, tendo como objetivo uma fiscalização e monitorização mais eficaz, nomeadamente, na área do Banco do Condor e nas Formigas.



Objetivos e Atividades Previstas

O Programa do XIII Governo Regional, prioriza a fiscalização das pescas, de modo a assegurar a sustentabilidade do sector. Neste sentido, enfatiza a consideração das crescentes evidências científicas que sinalizam, de forma preocupante, os efeitos da sobrepesca, a poluição marinha, e o impacto causado pelo aquecimento global.

Assim, relativamente à atividade do setor das pescas, o Governo fixou os seguintes objetivos:

- Realizar um estudo que identifique as principais dificuldades e desafios da fileira da pesca e conceba o conjunto de respostas que é necessário implementar para as superar e aproveitar, plenamente, o conjunto de potencialidades instaladas no sector ou que interessa instalar;
- Desenvolver mecanismos de regulação do sector que permitam obter uma distribuição mais justa dos rendimentos gerados na fileira da pesca, aumentando, por essa via, o rendimento dos pescadores;
- Reestruturar o FUNDOPESCA, estabelecendo regras claras de atribuição de apoios;
- Apostar na certificação e formação dos nossos pescadores, não só nas artes de pesca, como também ao nível da sustentabilidade ambiental e da segurança da atividade marítima;
- Reforçar os meios projetados para a Escola do Mar, no sentido de permitir o cumprimento integral da sua missão no âmbito da formação e da qualificação de recursos humanos nas diversas profissões ligadas ao Mar;
- Implementar um sistema eficaz de transporte aéreo do pescado, que o faça chegar rapidamente aos mercados relevantes, a custos competitivos. Nesse sentido, para além da necessária articulação e potenciação dos recursos existentes, deve estudar-se a solução de um cargueiro aéreo;
- Implementar mecanismos de ativação do mercado interno no âmbito da comercialização e consumo local dos produtos provenientes da fileira de pesca açoriana;
- Desenvolver sistemas de rastreabilidade que possam efetivamente criar valor ao pescado dos Açores;
- Reestruturar o sistema de lotas, de forma a reforçar a qualidade do serviço prestado no âmbito do apoio à produção, distribuição e comercialização do pescado nos Açores;
- Criar uma plataforma virtual que integre tecnologia associada à venda online, para os produtos do mar, que permita amplificar e diversificar a escala da oferta no sentido de alcançar um conjunto mais diversificado de compradores;
- Criar uma estratégia de promoção do nosso pescado, incidindo, em especial, sobre espécies menos procuradas e de menor valor comercial, no sentido de as valorizar e, em simultâneo, evitar a concentração do nosso esforço no conjunto de espécies mais valorizadas e por isso objeto de sobrepesca;



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas

- Diminuir a burocracia associada à pesca-turismo, para que a mesma se possa afirmar como uma fonte complementar de rendimento dos pescadores açorianos;
- Desenvolver uma estratégia mais eficaz no âmbito da promoção da aquicultura nos Açores, de forma a diminuir a pressão sobre os recursos pesqueiros e a integrar, plenamente, os Açores na dinâmica de um dos sectores que mais cresce a nível internacional;
- Elaborar um plano de recuperação do património histórico material e imaterial relacionado com as diferentes atividades desenvolvidas no âmbito marítimo, no sentido de preservar o nosso marco identitário e potenciar a sua utilização turística;
- Proceder à simplificação normativa e contraordenacional na área das pescas;
- Desenvolver uma estratégia para o sector das conservas, no sentido da sua inovação e diversificação;
- Criar mecanismos, sustentados em estudos científicos rigorosos e isentos, que aumentem a eficácia no âmbito da conservação e do controlo dos stocks de espécies com interesse comercial;
- Reivindicar que a República cumpra a suas funções de soberania, no âmbito da defesa e fiscalização do mar dos Açores;
- Consolidar a atratividade da Escola do Mar dos Açores, como ativo determinante nos Clusters do Mar, conferindo-lhe estatuto internacional, na formação de ativos provenientes de diversas regiões e o consequente reconhecimento dos Açores como centro de formação nas profissões do Mar.

De forma a atingir os objetivos definidos, a implementação de estratégias e missões seguirá a linha de trabalho até agora desenvolvida pela IRP, que passa por tornar mais eficazes e eficientes as tarefas que à IRP incumbem, em particular todo o trabalho inspetivo de controlo e fiscalização da atividade da pesca, assim como de instrução e decisão dos PCOMPM (Processos de Contraordenação em Matéria de Pesca Marítima).

Estes objetivos foram designados tendo em conta as prioridades fixadas para o ano de 2021, podendo, por motivos de força maior, decorrentes de circunstâncias supervenientes, externas ou internas, ter que ser adaptados e alterados durante o ciclo de gestão a que se refere o presente documento.

Os Objetivos Estratégicos definidos, assim como os Objetivos Operacionais que concorrem para a sua concretização são os seguintes:

Objetivo Estratégico 1 - Melhorar o controlo e monitorização da pesca e das atividades conexas

A IRP baseia a sua atuação no previsto no Decreto-Lei n.º 276/2007, de 31 de julho, adaptado à Região Autónoma dos Açores pelo Decreto Legislativo Regional n.º 40/2012/A, de 8 de outubro, tendo como função a aplicação dos normativos regionais, nacionais e comunitários em termos de inspeção, controlo, fiscalização e vigilância da pesca na Região.



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas

Atentando à peculiaridade da ação inspetiva e à especificidade da área, assim como ao já alvitado e impreterível crescimento do quadro de pessoal, para que não seja comprometido o exercício de competências, e se assegure o cumprimento dos normativos legais regionais, nacionais e comunitários no que respeita ao desempenho das funções inspetivas, importa, particularmente, o reforço da fiscalização.

Objetivo Operacional 1 - Intensificar a Fiscalização

Importa garantir uma taxa de cobertura adequada das embarcações autorizadas a efetuar pesca, especialmente quando esta se dirige a espécies ICCAT, como é caso do atum-rabilho e do atum patudo.

Releva, também, e por recomendação da União Europeia, intensificar a fiscalização de embarcações que operam com arte de salto e vara. Deve também a fiscalização das embarcações com licença para mais do que uma arte de pesca ser intensificada, nomeadamente para as artes que não podem ser usadas em simultâneo, como o caso da arte por amadilha.

Propor à DGRM a atribuição de perfil de administrador no portal do ICCAT, no âmbito da validação dos eBCD, relativos à comercialização/rastreabilidade do "trading" do atum rabilho.

Na sequência da solicitação da indicação de números para ações de fiscalização no âmbito do Controlo e Inspeção aplicável à Campanha do Atum-Rabilho, para indicação à União Europeia, solicitou-se a disponibilização, após aprovação, do "Plano Anual de Controlo e Inspeção aplicável à Campanha da Pesca BFT 2021", o que só veio a ocorrer a 22 de janeiro, no qual fica a IRP incumbida de:

- a) Exercer a monitorização VMS contínua à atividade desenvolvida pelas embarcações autorizadas a pescar ativamente "Atum-rabilho" (cff > 12 metros);
- b) Inspeccionar pelo menos 40% das embarcações autorizadas a pescar ativamente "Atum-rabilho";
- c) Inspeccionar 50% do total de desembarques de "Atum-rabilho" realizados em portos designados;

Não obstante os esforços realizados e considerando a necessidade de dar continuidade e aprofundar o trabalho desenvolvido, continuarão a ser executadas medidas que têm como principal objetivo potenciar a capacidade de controlo em matérias como a "fuga à lota", tamanhos mínimos, excessos de capturas, épocas de defeso, captura de espécies proibidas, e a comercialização de pescado, que não cumprem as regras de gestão legalmente estabelecidas. Nesse sentido a IRP, em colaboração com outras entidades, nomeadamente, a Inspeção das Atividades Económicas (IRAE), pretende durante o ano de 2021, continuar a reforçar o controlo dos comerciantes de pesca da Região, incluindo os ambulantes, implementando missões inspetivas especialmente vocacionadas para estas áreas.

Estes esforços de fiscalização serão também assegurados através de propostas concretas de um maior controlo da fuga à lota, nomeadamente através da rastreabilidade de



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas

produtos de pesca, com propostas também relacionadas com o registo dos vendedores ambulantes e identificação das viaturas de venda de pescado fresco.

Articulação com a Lotaçor, S.A. e com a DGRM, em utilização de ferramentas a fim de melhorar a rastreabilidade dos produtos da pesca, nomeadamente:

a) Para que seja declarada a “Arte de Pesca”, utilizada na captura de pescado, em conformidade com o Regulamento UE n.º 1379/2013, de 11 de dezembro, que se inicia na Lotaçor, S.A., e deverá ser mantido ao longo da cadeia de comercialização até ao consumidor final, evitando também a possibilidade de haver capturas com artes proibidas para aquela determinada espécie ou de embarcações não licenciadas para determinada arte de pesca;

b) Informação do n.º de Lote na fatura, e a partir daquele n.º ter acesso ao conjunto de informação necessária ao cumprimento de todos os requisitos legais e informação sobre a origem do lote;

c) Informação relativa ao n.º de exemplares de crustáceos na fatura, a fim de evitar a utilização do mesmo documento de aquisição para mais exemplares do que os transacionados em lota;

d) Registo dos Vendedores Ambulantes, uma vez que o CAE da venda ambulante engloba uma quantidade enorme de atividades e não permite identificar o n.º exato de vendedores ambulantes da RAA, foi solicitando a contabilização e identificação dos compradores de pescado em Lota, que sejam vendedores ambulantes a fim de se fazer uma avaliação deste setor.

Objetivo Operacional 2 - Assegurar a certificação de entrada de produtos da pesca vindos de países terceiros

A IRP, enquanto entidade responsável pelo controlo e fiscalização de atividades de pesca nos açores, deve afirmar-se no processo de certificação de captura dos produtos de pesca provenientes de país terceiro, sem o qual não pode o pescado ser validado ou libertado.

Deverá este serviço inspetivo ter a capacidade de certificar a captura dos produtos de pesca provenientes de países terceiros, por forma a proceder-se à verificação nos termos do determinado no Regulamento CE n.º 1005/2008, de 29 de setembro. Este procedimento será sempre efetivado com a consonância da DGRM, na qualidade de Autoridade Nacional de Pescas.

No Âmbito do Regulamento CE n.º 1005/2008, de 29 de setembro (Pesca Ilegal, Não declarada e Não Regulamentada INN), todos os produtos da Pesca ao serem introduzidos na Comunidade necessitam de ser submetidos a um controlo documental relativos aos Certificados de Captura. Os Produtos da Pesca entram na Comunidade Europeia, através do Posto de Controlo Fronteiriço (PCF) de Ponta Delgada (este PCF efetua a inspeção relativa à conformidade da segurança alimentar, competência da Direção Regional de Agricultura, no entanto a fiscalização relativa à conformidade de captura deste pescado



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas

cabe à IRP, efetuar e assim verificar se cumpre com os requisitos deste regulamento comunitário.

Sendo a IRP responsável por diligenciar no sentido de estabelecer um procedimento coordenado com a Autoridade Aduaneira e com o Posto de Controlo Fronteiriço, para que futuramente sejam apresentados a esta IRP, os certificados de captura para análise e verificação do cumprimento dos requisitos legais, para haver uma decisão relativa à Autorização de Importação.

Encetar a articulação com a Direção da Alfândega de Ponta Delgada e com a Direção Regional da Agricultura, da Secretaria Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural, a fim de criar um procedimento de entrada de Produtos da Pesca provenientes de Países Terceiros, onde todas estas entidades se articulem, unindo esforços no combate à Pesca Ilegal, não declarada e não regulamentada, que constitui uma das mais graves ameaças para a exploração sustentável dos recursos aquáticos vivos e compromete o próprio fundamento da Política Comum das Pescas e dos esforços envidados a nível internacional para promover uma melhor governação dos oceanos.

Controlo este inexistente na IRP, apenas, à data, se verifica o conhecimento das entradas do pescado sem qualquer outra intervenção.

Assunto que já foi submetido à DGRM e que aguarda resposta.

Objetivo Operacional 3 - Implementação de câmaras de videovigilância

De modo a assegurar uma fiscalização, monitorização e dissuasão eficiente de atividades ilegais de pesca, tem vindo a ser desenvolvido um programa de instalação e radares espalhados pelos Açores, e a serem interligados e complementares ao Projeto VTS – Nacional. Assim, de modo a melhorar as condições de prevenção e repressão das infrações aos regimes vigentes em matéria de navegação e proteção do meio marinho, prevê-se uma reavaliação dos locais a instalar as câmaras, previstas inicialmente nas ilhas de São Miguel, Pico e Faial, que, em princípio, terão uma posição geográfica estratégica, nomeadamente, nas zonas de reserva/áreas protegidas, e nas áreas onde se verificam maior número de prática de contraordenações, e que apresentem dificuldades de fiscalização.

Reforçar a necessidade de alteração legislativa que permita que a recolha de imagens provenientes das Câmaras de Vigilância seja usada como prova da infração, e assegurara a sua validação pela Comissão Nacional da Proteção de Dados.

Objetivo Estratégico 2: Melhorar e colaborar na implementação das políticas de gestão da Pesca na Região

De modo a facilitar a ação inspetiva, deverá a IRP tomar as diligências adequadas por forma a impedir que as embarcações de pesca com licença para palangre tenham, dentro da embarcação, e na mesma maré, outra arte de pesca, através da sensibilização da Direção Regional das Pescas para alteração da regulamentação existente. Também se entende ser de submeter uma proposta de alteração às percentagens do Isco e da



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas

Caldeirada definidas para as embarcações que se dedicam à pesca do “Chicharro” (*Trachurus picturatus*).

Objetivo Operacional 4 - Potenciar a fiscalização em colaboração com outros organismos e instituições dotados de poderes de vigilância, inspeção e fiscalização

Não descurando as dificuldades criadas pela Pandemia COVID-19, e todas as competências acopladas, a exercer e exercidas pelas entidades parceiras, durante o ano de 2021, a IRP continuará a reforçar a coordenação regional da fiscalização do Mar dos Açores com as entidades SIFICAP presentes na Região, nomeadamente a Marinha e a GNR, mantendo reuniões de coordenação com carácter regular tendo como principal objetivo programar, coordenar e executar a fiscalização e o controlo da pesca marítima, da aquicultura e das atividades conexas desenvolvidas na Região Autónoma dos Açores.

O planeamento de missões conjuntas a realizar pelas diferentes entidades SIFICAP presentes na Região, tem como objetivo potenciar sinergias e melhorar a capacidade de resposta em todas as matérias de fiscalização e inspeção da pesca, bem como uniformizar procedimentos de atuação, tornando dessa forma a missão de todas as entidades mais eficiente e eficaz.

A IRAE é outra entidade com a qual importa cooperar, especialmente no que à comercialização de pescado concerne.

De modo a cumprir os objetivos estabelecidos, nomeadamente, o de programar, coordenar e executar, em colaboração com outros organismos e instituições dotados de poderes de vigilância, a fiscalização e o controlo da pesca marítima, da aquicultura e das atividades conexas, este serviço inspetivo continuará a desempenhar a sua missão no sentido de efetuar a melhoria contínua do controlo, inspeção e fiscalização das atividades de pesca e conexas, maximizando os meios humanos e financeiros à sua disposição, em estreita colaboração com as restantes entidades com competência na matéria.

Não é proposto um aumento neste aspeto, não só porque, com os constrangimentos causados pela pandemia de COVID-19, as deslocações, em princípio, sofrerão uma diminuição, mas também porque este serviço já realiza, por ano, um número elevado de ações inspetivas (mais de 500). E, o que importa também referir, há que ter em conta a escassez de recursos humanos que se verifica no âmbito inspetivo deste serviço, que resulta, obrigatoriamente, numa diminuição de ações, comparativamente a outros serviços inspetivos que possuam mais equipas.

Objetivo Estratégico 3 - Melhorar os Procedimentos de Inspeção

Sendo a área contraordenacional o corolário da atividade inspetiva da IRP bem como das autoridades policiais que cooperam na fiscalização das pescas, pelo volume processual, pela importância capital no respeito pelas regras da pesca sobretudo pela importância na gestão e preservação das espécies bem como do impacto ambiental, é premente a implementação de um sistema adequado de gestão de todo o procedimento



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas

contraordenacional que vise, por um lado, a correta instrução do procedimento contraordenacional, e, por outro lado, que minimize a possibilidade de prescrição, assegurando, também, e desta forma, a boa cobrança das coimas aplicadas.

Objetivo Operacional 5 - Melhorar os Procedimentos de Instrução e Decisão de PCOMPM

Na sequência de uma análise breve da atividade da IRP, de imediato foi verificado que um volume significativo de procedimentos contraordenacionais que se encontrava por instruir e outros prescritos, o que só por si justifica uma sindicância a todos os processos de contraordenação instaurados na Inspeção Regional das Pescas, propondo-se, por questões de prioridade e de recursos humanos disponíveis, o período desde o ano de 2013 a 2020, que será apenas uma amostragem.

O que, só por si, exige um esforço extraordinário para redução da pendência, de modo a evitar o elevado número de prescrições verificadas e ainda não contabilizadas.

Notória falta de uma uniformização do procedimento contraordenacional, e de determinação de circuitos de tramitação dos processos, e adoção de procedimentos/etapas procedimentais desnecessárias (como por exemplo para o mesmo arguido, notificação do auto, depois notificação para apresentação de defesa escrita e só depois agendar a diligência de audição presencial).

Falta de controlo dos pagamentos das coimas decididas e incapacidade de cobrança das mesmas, não procedendo à sua execução. Pelo que se tem de caminhar para referências de pagamento, para facilitar o pagamento assim como a verificação do seu cumprimento.

Tendo como máxima que a ação inspetiva tem de ser aproximada da aplicação da contraordenação, em que culmina, em termos de tempo, por forma a inclusive a tornar as decisões eficazes e oportunas em termos de punição e de dissuasão. Pois, a distância entre a prática da infração e a punição não abona a favor do instituto da contraordenação nem da missão da IRP. Assim como, os processos prescritos e as coimas não cobradas geram um sentimento de impunidade no infrator e de descrédito da IRP, e das outras entidades com competências autuantes.

Neste sentido, a IRP desenvolverá os esforços necessários para reformular e simplificar a tramitação contraordenacional da Inspeção Regional das Pescas, de modo a assegurar uma maior eficácia dos procedimentos, propondo a instalação de um verdadeiro programa de gestão. Pretende-se um Manual da Tramitação do Procedimento Contraordenacional, uniformizador, inclusive a título de documentos, contendo minutas, e a implementação de um Programa Informático de Gestão que interligue a atividade inspetiva à contraordenacional, que permitirá um maior controlo e segurança a tramitação do procedimento contraordenacional.



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas

Objetivo Estratégico 4 - Otimizar e reforçar os recursos humanos, financeiros e equipamentos, para tornar o serviço mais eficiente e eficaz

Os recursos humanos são o ativo mais valioso de uma organização, sendo, por isso, fundamental criar as condições adequadas ao seu melhor desempenho.

Atentos à peculiaridade da ação inspetiva e à especificidade da área, e para que não seja comprometido o exercício de competências, e se assegure o cumprimento dos normativos legais regionais, nacionais e comunitários no que respeita ao desempenho das funções inspetivas, há que necessariamente reforçar o quadro de pessoal.

Relativamente aos recursos financeiros necessários tem havido sempre um esforço de adequar as verbas disponíveis aos objetivos traçados melhorando sempre os resultados obtidos, o que só se tem demonstrado possível através de uma utilização cada vez mais eficiente e eficaz das mesmas. Mostra-se urgente a aquisição de equipamentos eletrónicos.

Objetivo Operacional 6 - Reajustamento da Estrutura Orgânica

Pretende a IRP a reforçar o seu quadro de recursos humanos, designadamente, nas funções inspetivas, administrativas e jurídicas, importa realizar um reajustamento da estrutura orgânica, descentralizando as diversas competências da IRP, tendo por referência o binómio recursos/missão

afetar um jurista para a função exclusiva de gestão da atividade contraordenacional (pela especificidade da função que exige conhecimento jurídico) que faça a ponte entre autuante, instrutor e decisor, compreendida entre a receção de um auto de notícia, até à decisão e mesmo no pós decisão, acompanhando o pagamento integral, pagamento em prestações, necessidade de execução da coima e das custas através do Ministério Público e Autoridade Tributária (respetivamente), impugnação ou revogação da decisão e, por fim, a extinção do procedimento por arquivamento, execução ou não, por insuficiência económica do arguido.

Tendo em conta a complexidade do procedimento de gestão da atividade contraordenacional, pela especificidade da função, que exige conhecimento jurídico, a par da necessidade de acompanhamento permanente, por força dos prazos processuais e riscos de prescrição, é inconciliável o exercício de tal função com as amplas funções do chefe de divisão descritas na lei orgânica da Secretaria Regional do Mar e das Pescas (Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2015/A, de 20 de fevereiro) justificando uma futura alteração formal da orgânica da IRP. Todavia, como importa dinamizar de imediato a IRP e evitar desde logo a prescrição contraordenacional que se tem verificado nos últimos anos, entendemos ser urgente conveniência do serviço, a descentralização das competências supramencionadas, para que se possa assessorar a Inspectora Regional das Pescas nesta área de intervenção fulcral para a IRP.



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas

Objetivo Operacional 7 - Manter a presença das equipas inspetivas no Terreno

Como já foi referido, devido aos constrangimentos causados pela pandemia de COVID-19, ao número elevado de ações inspetivas já realizado por este serviço, e à escassez de recursos humanos, comparativamente a outros serviços inspetivos que possuam mais equipas, não é proposto um aumento de missões inspetivas. Todavia, se a Pandemia assim o permitir esse será o objetivo.

Objetivo Operacional 8 - Valorização Profissional

Pretendemos desenvolver, também, maior autonomia relativamente à autoridade nacional de pescas, nomeadamente na pesca de atum-rabilho, Relativamente à mesma matéria, está solicitada a calendarização de formação sobre certificação e comercialização atum-rabilho, a cargo da DGRM, assim como, formações sobre tramitação de processo contraordenacional, sobre medidas de gestão, técnicas e de controlo aplicáveis às pescarias nacionais, sobre eBCDs, Diários de Pesca Eletrónicos, sobre regimes sancionatórios nacionais, sobre o SIFICAP e sobre identificação por análise de ADN.

Está, também, prevista uma formação, a ministrar à GNR, sobre legislação regional da pesca, tamanhos mínimos, instrução processual e contraordenações.

Formações da Agência Europeia do Controlo das Pescas, sobre Western Waters JDP Training for EU Inspectors.

Relativamente a certificados INN, foi solicitada, à DGRM, uma formação sobre os Procedimentos Alfandegários para os Procedimentos da Pesca e Aquicultura.

Importa mencionar que, à data do presente documento, não temos conhecimento do programa de formação do CEFAPA (Centro de Formação da Administração Pública dos Açores), que releva, especialmente, nas áreas de contratação pública e de processos contraordenacionais.

De notar que, presentemente, nenhum membro do corpo inspetivo da IRP está habilitado a aceder autonomamente às zonas de acesso restrito e condicionado dos Aeroportos Nacionais, habilitação que depende de formação ministrada pela Autoridade Nacional de Aviação Civil, tratando-se esta matéria de competência da DGRM, já solicitado.



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas

Plano de Atividades

INSPEÇÃO REGIONAL DAS PESCAS

2022



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas

Índice

Introdução	4
Caracterização do Setor	4
Caracterização do Serviço	5
Missão e Atribuições.....	6
Recursos	7
Objetivos e Atividades Previstas	11



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas

Controlo de Versões

Versão 1 - janeiro de 2022.

N.º Versão	Data	Alteração
2		
3		



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas

Introdução

Em cumprimento da alínea k) do n.º 2, do artigo 33.º, do Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2015/A, de 20 de fevereiro - Orgânica da Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, este plano de atividades pretende servir como instrumento de planeamento de projetos, ações e rotinas a desenvolver pela Inspeção Regional das Pescas neste ciclo de gestão anual.

No âmbito territorial da competência da Região Autónoma dos Açores (RAA) cabe à Inspeção Regional das Pescas e de Usos Marítimos executar o controlo, inspeção e fiscalização destinado a garantir, assegurar e asseverar o cumprimento das regras da Política Comum de Pescas (PCP), aplicáveis a todas as atividades da pesca, asseverando a existência de mecanismos de fiscalização e controlo eficazes e efetivos.

Neste sentido, e tendo sempre por base, fazer com que a pesca se adeque ao estado de exploração ou à condição dos recursos disponíveis e sua relativa abundância, entre eles a interdição ou restrição do exercício da pesca em certas áreas, ou por certos períodos, ou com certas artes e instrumentos, atentos à sua seletividade, e a fixação de condições de utilização das artes e instrumentos de pesca.

E, considerando a vigilância e a monitorização contínua, via satélite, um instrumento privilegiado no reforço da fiscalização e controlo do exercício da pesca, permitindo uma melhoria substancial na localização das embarcações, da vigilância das áreas de pesca e do controlo de desembarques ilegais.

Embora se tenha reforçado em setembro e outubro de 2021 o número de trabalhadores, em regimes provisórios, continuam os recursos humanos existentes a apresentar-se manifestamente insuficientes para fazer face ao cumprimento de todas as competências da IRP, assim como, entendemos que a sua estrutura orgânica é desajustada ao bom funcionamento.

O presente plano de atividades assume carácter de continuidade relativamente ao exercício anterior, tendo, inclusive em conta, a avaliação bianual de desempenho dos trabalhadores.

O presente documento foi realizado sem considerar o QUAR da Secretaria Regional do Mar e das Pescas.

Caracterização do Setor

A natureza arquipelágica da RAA, aliada à grande descontinuidade geográfica entre as 9 ilhas do arquipélago, resulta obrigatoriamente numa dispersão bastante assinalável dos meios humanos e materiais necessários para garantir a existência de mecanismos de fiscalização e controlo eficazes e consentâneos com a Política Comum de Pescas (PCP), dificultando ou melhor dito aumentando a complexidade das tarefas a desempenhar na



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas

IRP e pela IRP, no caso concreto DIAJ atendendo a que é a unidade orgânica a que estão afetos os inspetores a quem cabe a função fiscalizadora.

Em termos de abrangência geográfica é competência da IRP efetuar a fiscalização e controlo de toda a subárea dos Açores da ZEE nacional (Figura 1), com uma extensão de 984.300.000 de km² e que representa cerca de 57% da ZEE portuguesa. Neste contexto, o Sistema de Monitorização Contínua de embarcações de Pesca, via satélite (MONICAP), obrigatório para todas as embarcações de pesca profissional comunitárias com comprimento fora a fora igual ou superior a 12 m, é um instrumento fundamental para o controlo da atividade desenvolvida pela frota presente no Mar dos Açores. A informação da monitorização diária realizada é partilhada por todos os núcleos inspetivos e utilizada para efeitos de fiscalização da atividade. O sistema permite ainda a análise de padrões temporais de utilização da ZEE que permitem o planeamento das missões inspetivas incluindo as missões conjuntas possíveis de realizar com a Marinha e a Força Aérea Portuguesa, a quem apraz registar colabora ativa e proficuamente no desenvolvimento da atividade inspetiva/fiscalizadora.

A frota pesqueira da Região Autónoma dos Açores (RAA) é uma frota artesanal constituída maioritariamente por embarcações com comprimentos inferiores a nove metros, que apesar de apresentarem uma diminuição ao longo do tempo ainda representam, em 2021, cerca de 62% das cerca de 560 embarcações regionais de pesca licenciadas.

A frota regional de pesca é dominada pelas embarcações que desenvolvem a sua atividade com aparelhos de linhas e anzóis e que representam cerca de 85% do total da frota ativa da Região. As restantes embarcações desenvolvem essencialmente a sua atividade utilizando redes de emalhar e com redes de cerco e sacadas destinadas à captura de pequenos pelágicos.

Da análise da distribuição espacial da frota regional de pesca verifica-se que a ilha de São Miguel é aquela que apresenta o maior número de embarcações licenciadas representado cerca de 30% (173 embarcações) da totalidade da frota licenciada da RAA (Figura 4)., concentrando igualmente as embarcações de maiores dimensões.

Caracterização do Serviço

A Inspeção Regional das Pescas (IRP) é o serviço da Secretaria Regional do Mar e das Pescas, ao qual incumbe, na Região Autónoma dos Açores, programar, coordenar e executar, em colaboração com outros organismos e instituições dotados de poderes de vigilância, a fiscalização e o controlo da pesca marítima, da aquicultura e das atividades conexas.



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas

Missão e Atribuições

A atuação da Inspeção Regional das Pescas dos Açores é regulada pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 12/2021/A, de 2 de julho e estabelece a IRP como autoridade regional para o controlo e fiscalização da atividade da pesca, exercida na Região Autónoma dos Açores, com a missão de programar, coordenar e executar, em colaboração com outros organismos e instituições, a fiscalização e o controlo da pesca marítima, da aquicultura e das atividades conexas estando a atividade inspetiva consagrada neste documento legal bem como julgo de chamar à colação e ter sempre presente o Decreto-Lei n.º 276/2007, de 31 de julho, aplicado na RAA por força do Decreto Legislativo Regional n.º 40/2012/A, de 8 de outubro.

Nos termos do artigo 31.º, do Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2015/A, de 20 de fevereiro, compete à IRP:

- Contribuir para a formulação da política de fiscalização e controlo das atividades da pesca e controlo da qualidade dos produtos deste setor;
- Coordenar, programar e executar, por si ou em colaboração com outros organismos e instituições, ações de fiscalização, vigilância e controlo que assegurem o cumprimento dos normativos que enquadram o exercício da pesca, incluindo a movimentação e transação do respetivo pescado;
- Colaborar com as demais entidades com competência no controlo e acompanhamento da produção, qualidade e colocação no mercado dos produtos da pesca;
- Prevenir e reprimir o incumprimento das normas regionais, nacionais, comunitárias e internacionais, proceder ao levantamento de autos, instruir e decidir os processos de contraordenação que, por lei, lhe são cometidos;
- Coordenar com a autoridade nacional de pesca a execução, nos Açores, da vigilância da pesca, no âmbito do Sistema de Fiscalização e Controlo das Atividades da Pesca (SIFICAP), e gerir e explorar o Sistema de Monitorização Contínua das Atividades da Pesca (MONICAP), relativamente a embarcações registadas nos portos da Região e as que operem no Mar dos Açores;
- Propor à tutela os projetos de diploma com as medidas legislativas e regulamentares necessárias e adequadas ao eficaz controlo da pesca;
- Efetuar estudos e elaborar pareceres relativos às matérias da sua competência;
- Divulgar a legislação e demais normativos reguladores das atividades da pesca, da movimentação e transação do pescado e das normas aplicáveis à produção e colocação no mercado dos produtos da pesca, junto das organizações de



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas

produtores, associações de armadores ou pescadores, associações empresariais, sindicatos, agentes económicos e público em geral, bem como elaborar e difundir as orientações necessárias à prevenção das infrações;

- Prosseguir, enquanto autoridade regional de fiscalização da pesca, as competências de fiscalização e controlo cometidas à autoridade nacional da pesca cujo exercício legalmente esteja cometido à administração regional;
- Exercer ou executar as demais funções ou tarefas que lhe sejam cometidas por lei, superiormente determinadas ou atribuídas por entidades competentes.

A atividade da IRP não se esgota na fiscalização, inspeção e controlo de atividades piscatórias, fazendo parte das funções e serviços prestados por esta inspeção, entre outras, também:

- Validação de Certificados de Captura para pescado, Documento Estatísticos ICCAT para Atum Patudo e Certificados para Atum Rabilo (eBCD);
- Apoio à gestão das pescas, nomeadamente no apoio à análise e interpretação dos dados da pesca;
- Fomentar e colaborar em ações de formação na área das pescas em particular no âmbito da legislação nacional, regional e comunitária da pesca em vigor e aplicável na Região.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 79/2001, de 5 de março, que define e regulamenta o sistema integrado de vigilância, fiscalização e controlo das atividades da pesca, designado por SIFICAP, a Região Autónoma dos Açores, através da IRP, é uma entidade participante neste sistema que suporta as ações de vigilância, fiscalização e controlo das atividades da pesca a nível nacional.

O SIFICAP possibilita, através do recurso às tecnologias de informação, a maximização do aproveitamento dos recursos, em meios humanos e materiais, e das capacidades existentes nas diversas entidades participantes, mediante o estabelecimento de uma melhor interligação e de uma mais estreita colaboração entre as mesmas.

Recursos

Recursos Humanos

Para desenvolver as competências que lhe estão organicamente atribuídas, a IRP possui atualmente um quadro de pessoal composto pela Inspetora Regional (cargo de nomeação, em comissão de serviço), Chefe de Divisão da Divisão de Inspeção e Apoio Jurídico, 2 técnicos superiores juristas (1 em comissão de serviço como Delegado da Ilha do Faial das Obras Públicas, desde agosto de 2021 e a outra com licença sem vencimento, desde 25 de junho de 2021), 10 inspetores de pesca da carreira de inspetor



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas

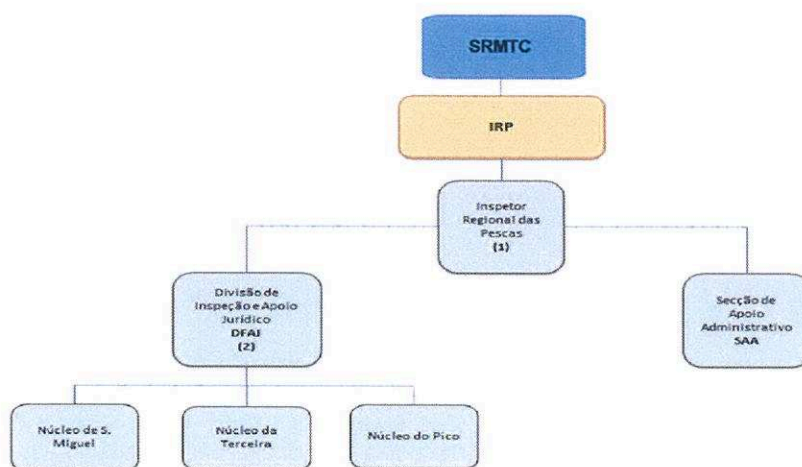
superior, 2 inspetores de pescas da carreira de inspetor-adjunto (1 encontrando-se um a exercer funções de Deputado da Assembleia Legislativa Regional dos Açores), 1 Coordenador técnico (lugar vago), e 5 Assistentes Técnicos (encontrando-se 1 em licença sem vencimento de longa duração), num total de 16 funcionários em exercício. Encontra-se ainda em funções, em regime de mobilidade, 1 Técnico Superior Jurista, 1 Inspectora Superior Jurista, em Programas Ocupacionais, 1 Técnica Superior (Estagiar L), 4 Assistentes Técnicos (Estagiar T).

Em termos geográficos, e apesar de exercer a sua atividade em todas as ilhas do arquipélago, a IRP está sedeadada na ilha do Faial, possuindo núcleos inspetivos, nas ilhas do Pico, Terceira e São Miguel, distribuindo-se o pessoal afeto e em exercício a esta inspeção da seguinte forma:

Chefe de Divisão	1
Inspetores Superiores de Pesca	11*
Inspetor-adjunto de Pesca	1
Técnico Superior (Jurista)	1*
Assistentes Técnicos	4
Pessoal Programa Estagiar L	1
Pessoal Programa Estagiar T	5
Total	24

* Inclui a mobilidade

A Inspeção Regional das Pescas apresenta o seguinte organograma:



(1) Cargo equiparado a subdiretor regional
(2) Chefe de Divisão



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas

Recursos Financeiros

Orçamento Estimado			Total
Funcionamento	Despesas c/ pessoal	768 000,00 €	777 000,00 €
	Aquisição de bens e serviços correntes	9 000,00 €	
Plano	Ação 1	70 000,00 €	247 251,00 €
	Ação 2	30 000,00 €	
	Ação 3	147 251,00 €	
			1 024 251,00 €

Ação 1 - Controlo e inspeção;

Ação 2 - Plano de Ação do Sistema Nacional de Controlo das Pescas: Capacidade inspetiva, Formação e Sensibilização;

Ação 3 - Plano de Ação do Sistema Nacional de Controlo das Pescas: Acompanhamento, Vigilância e Gestão Eletrónica.

Instalações

A IRP, dispõe de serviços, com corpo inspetivo, nas seguintes moradas:

IRP - Sede (Faial)

Rua Cônsul Dabney – Colónia Alemã 9900-014 Horta

IRP - Núcleo Inspetivo do Pico

Edifício Matos Souto 9930-210 Piedade

IRP - Núcleo Inspetivo de São Miguel

Rua Eng.º Abel Ferin Coutinho, n.º 15 –3 1.º 9500-191 Ponta Delgada

IRP - Núcleo Inspetivo da Terceira

Edifício das Pescas Porto de São Mateus da Calheta 9700-555 Angra do Heroísmo



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas

Outros Recursos

No âmbito das suas competências, a IRP tem acesso a um conjunto de recursos que permitem potenciar a sua capacidade inspetiva. Não obstante a insuficiência de equipamentos, que se visa suprir, nomeadamente, através da aquisição de equipamentos, é de salientar que os atuais desenvolvimentos tecnológicos permitem que a implementação de medidas de controlo e monitorização seja auxiliada pela disponibilização e envio de informação em tempo quase real para as autoridades de gestão, controlo e fiscalização de pesca. O Geo@çores é outra das plataformas, que é utilizada para controlo da atividade inspetiva, nomeadamente registos de missão, relatórios de missão e abordagens.

Exemplo disso é o MONICAP (Sistema de Monitorização Contínua das Atividades da Pesca), os Diários de Pesca Eletrónicos e a partilha de dados de frota, licenciamento e atividade inspetiva entre as diferentes entidades com competência na matéria. A IRP tem trabalhado no sentido de agilizar o acesso às fontes de informação e desenvolver as rotinas que permitam potenciar essa informação, nomeadamente, em conjunto com a Direção Regional das Pescas (DRP), a LOTAÇOR, S. A. (Serviços de Lotas dos Açores, S.A.), a cujo portal tem acesso, designadamente, em matéria de descargas e a Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos.

O SIFICAP, Sistema Integrado de Vigilância, Fiscalização e Controlo das Atividades da Pesca, regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 79/2001, de 5 de março, permite a participação da Região Autónoma dos Açores, através da IRP, enquanto entidade que suporta as ações de vigilância, fiscalização e controlo das atividades da pesca. Este sistema possibilita, através do recurso às tecnologias de informação, a maximização do aproveitamento dos recursos, em meios humanos e materiais, e das capacidades existentes nas diversas entidades participantes, mediante o estabelecimento de uma melhor interligação e de uma mais estreita colaboração entre as mesmas.

Na mesma senda, a Região Autónoma dos Açores iniciou, em 2016, a implementação de um sistema de videovigilância de áreas costeiras com restrições à atividade da pesca, que tem tido um efeito dissuasor significativo para eventuais utilizações não regulares daquelas áreas, tendo como objetivo uma fiscalização e monitorização mais eficaz, nomeadamente, na área do Banco do Condor e nas Formigas.



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas

Objetivos e Atividades Previstas

O Programa do XIII Governo Regional, prioriza a fiscalização das pescas, de modo a assegurar a sustentabilidade do sector. Neste sentido, enfatiza a consideração das crescentes evidências científicas que sinalizam, de forma preocupante, os efeitos da sobrepesca, a poluição marinha, e o impacto causado pelo aquecimento global.

Assim, relativamente à atividade do setor das pescas, o Governo fixou os seguintes objetivos:

- Realizar um estudo que identifique as principais dificuldades e desafios da fileira da pesca e conceba o conjunto de respostas que é necessário implementar para as superar e aproveitar, plenamente, o conjunto de potencialidades instaladas no sector ou que interessa instalar;
- Desenvolver mecanismos de regulação do sector que permitam obter uma distribuição mais justa dos rendimentos gerados na fileira da pesca, aumentando, por essa via, o rendimento dos pescadores;
- Reestruturar o FUNDOPESCA, estabelecendo regras claras de atribuição de apoios;
- Apostar na certificação e formação dos nossos pescadores, não só nas artes de pesca, como também ao nível da sustentabilidade ambiental e da segurança da atividade marítima;
- Reforçar os meios projetados para a Escola do Mar, no sentido de permitir o cumprimento integral da sua missão no âmbito da formação e da qualificação de recursos humanos nas diversas profissões ligadas ao Mar;
- Implementar um sistema eficaz de transporte aéreo do pescado, que o faça chegar rapidamente aos mercados relevantes, a custos competitivos. Nesse sentido, para além da necessária articulação e potenciação dos recursos existentes, deve estudar-se a solução de um cargueiro aéreo;
- Implementar mecanismos de ativação do mercado interno no âmbito da comercialização e consumo local dos produtos provenientes da fileira de pesca açoriana;
- Desenvolver sistemas de rastreabilidade que possam efetivamente criar valor ao pescado dos Açores;
- Reestruturar o sistema de lotas, de forma a reforçar a qualidade do serviço prestado no âmbito do apoio à produção, distribuição e comercialização do pescado nos Açores;
- Criar uma plataforma virtual que integre tecnologia associada à venda online, para os produtos do mar, que permita amplificar e diversificar a escala da oferta no sentido de alcançar um conjunto mais diversificado de compradores;
- Criar uma estratégia de promoção do nosso pescado, incidindo, em especial, sobre espécies menos procuradas e de menor valor comercial, no sentido de as valorizar e, em simultâneo, evitar a concentração do nosso esforço no conjunto de espécies mais valorizadas e por isso objeto de sobrepesca;



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas

- Diminuir a burocracia associada à pesca-turismo, para que a mesma se possa afirmar como uma fonte complementar de rendimento dos pescadores açorianos;
- Desenvolver uma estratégia mais eficaz no âmbito da promoção da aquicultura nos Açores, de forma a diminuir a pressão sobre os recursos pesqueiros e a integrar, plenamente, os Açores na dinâmica de um dos sectores que mais cresce a nível internacional;
- Elaborar um plano de recuperação do património histórico material e imaterial relacionado com as diferentes atividades desenvolvidas no âmbito marítimo, no sentido de preservar o nosso marco identitário e potenciar a sua utilização turística;
- Proceder à simplificação normativa e contraordenacional na área das pescas;
- Desenvolver uma estratégia para o sector das conservas, no sentido da sua inovação e diversificação;
- Criar mecanismos, sustentados em estudos científicos rigorosos e isentos, que aumentem a eficácia no âmbito da conservação e do controlo dos stocks de espécies com interesse comercial;
- Reivindicar que a República cumpra a suas funções de soberania, no âmbito da defesa e fiscalização do mar dos Açores;
- Consolidar a atratividade da Escola do Mar dos Açores, como ativo determinante nos Clusters do Mar, conferindo-lhe estatuto internacional, na formação de ativos provenientes de diversas regiões e o consequente reconhecimento dos Açores como centro de formação nas profissões do Mar.

De forma a atingir os objetivos definidos, a implementação de estratégias e missões seguirá a linha de trabalho até agora desenvolvida pela IRP, que passa por tornar mais eficazes e eficientes as tarefas que à IRP incumbem, em particular todo o trabalho inspetivo de controlo e fiscalização da atividade da pesca, assim como de instrução e decisão dos PCOMP (Processos de Contraordenação em Matéria de Pesca Marítima).

Estes objetivos foram designados tendo em conta as prioridades fixadas para o ano de 2021, podendo, por motivos de força maior, decorrentes de circunstâncias supervenientes, externas ou internas, ter que ser adaptados e alterados durante o ciclo de gestão a que se refere o presente documento.

Os Objetivos Estratégicos definidos, assim como os Objetivos Operacionais que concorrem para a sua concretização são os seguintes:

Objetivo Estratégico 1 - Melhorar o controlo e monitorização da pesca e das atividades conexas

A IRP baseia a sua atuação no previsto no Decreto-Lei n.º 276/2007, de 31 de julho, adaptado à Região Autónoma dos Açores pelo Decreto Legislativo Regional n.º 40/2012/A, de 8 de outubro, tendo como função a aplicação dos normativos regionais,



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas

nacionais e comunitários em termos de inspeção, controlo, fiscalização e vigilância da pesca na Região.

Atentando à peculiaridade da ação inspetiva e à especificidade da área, assim como ao já alvitado e impreterível crescimento do quadro de pessoal, para que não seja comprometido o exercício de competências, e se assegure o cumprimento dos normativos legais regionais, nacionais e comunitários no que respeita ao desempenho das funções inspetivas, importa, particularmente, o reforço da fiscalização.

Importa garantir uma taxa de cobertura adequada das embarcações autorizadas a efetuar a pesca, especialmente quando esta se dirija a espécies ICCAT, como é caso do atum-rabilho (*Thunnus thynnus*) e do atum patudo (*Thunnus obesus*).

Considerando a necessidade de dar continuidade e aprofundar o trabalho desenvolvido, continuarão a ser executadas medidas que têm como principal objetivo potenciar a capacidade de controlo em matérias como a “fuga à lota”, tamanhos mínimos, excessos de capturas, épocas de defeso, captura de espécies proibidas, e a comercialização de pescado, que não cumprem as regras de gestão legalmente estabelecidas. Nesse sentido a IRP, em colaboração com outras entidades, nomeadamente, a Inspeção das Atividades Económicas (IRAE), pretende durante o ano de 2021, continuar a reforçar o controlo dos comerciantes de pesca da Região, incluindo os ambulantes, implementando missões inspetivas especialmente vocacionadas para estas áreas.

Reforçar a articulação com a Lotaçor, S.A. e com a DGRM, em utilização de ferramentas a fim de melhorar a rastreabilidade dos produtos da pesca, com propostas já implementadas, nomeadamente:

- a) Para que seja declarada a “Arte de Pesca”, utilizada na captura de pescado, em conformidade com o Regulamento UE n.º 1379/2013, de 11 de dezembro, que se inicia na Lotaçor, S.A., e deverá ser mantido ao longo da cadeia de comercialização até ao consumidor final, evitando também a possibilidade de haver capturas com artes proibidas para aquela determinada espécie ou de embarcações não licenciadas para determinada arte de pesca;
- b) Informação do n.º de Lote na fatura, e a partir daquele n.º ter acesso ao conjunto de informação necessária ao cumprimento de todos os requisitos legais e informação sobre a origem do lote;
- c) Registo dos Vendedores Ambulantes, uma vez que o CAE da venda ambulante engloba uma quantidade enorme de atividades, e identificação dos veículos que procedem à venda de pescado fresco.

Objetivo Operacional 1 - Manter o controlo e inspeção da pesca e atividades conexas

Objetivo Operacional 2 - Manter o n.º total de ações inspetivas



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas

Objetivo Operacional 3 - Garantir uma taxa de cobertura das embarcações de risco sinalizadas

Objetivo Operacional 4 - Manter o n.º de inspeções conjuntas com outras entidades SIFICAP

Objetivo Operacional 5 - Manter a presença de equipas inspetivas no terreno

Objetivo Estratégico 2 - Assegurar a certificação de entrada de produtos da pesca vindos de países terceiros e a certificação da exportação de pescado

A IRP, enquanto entidade responsável pelo controlo e fiscalização de atividades de pesca nos açores, deve certificar a captura dos produtos de pesca, sem o qual não pode o pescado ser validado ou libertado ou exportado sem um controlo e validação pela IRP, em termos inclusive de um maior controlo à pesca INN, e à rastreabilidade entre a captura e as transações de pescado, com particular incidência a espécies ICCAT.

Objetivo Operacional 6 - Controlo, verificação e emissão do certificado de importação e de exportação do pescado vindo de países terceiros, com recurso a escalas de serviço

Objetivo Estratégico 3 - Controlo das possibilidades de pesca e das quotas

Verificando-se um aumento das regras, e considerando as suas alterações relativamente às possibilidades de pesca de cada embarcação e da utilização das quotas estabelecidas, e com o objetivo de se asseverar práticas de sustentabilidade e responsabilidade na gestão das capturas, que é efetivada através da estipulação de limites às capturas e descargas, adequando a pesca ao estado de exploração ou à condição dos recursos disponíveis, assegurando a conservação dos recursos e a gestão do setor.

Objetivo Operacional 7 - Criação de mecanismos de controlo, e de verificação do cumprimento das possibilidades de pesca, com implementação de escalas de serviço

Objetivo Estratégico 4 - Implementação de câmaras de videovigilância e radares

De modo a assegurar uma fiscalização, monitorização e dissuasão eficiente de atividades ilegais de pesca, tem vindo a ser desenvolvido um programa de instalação e radares espalhados pelos Açores, e a serem interligados e complementares ao Projeto VTS – Nacional. Assim, de modo a melhorar as condições de prevenção e repressão das infrações aos regimes vigentes em matéria de navegação e proteção do meio marinho, prevê-se uma reavaliação dos locais a instalar as câmaras, previstas inicialmente nas



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas

ilhas de São Miguel, Pico e Faial, que, em princípio, terão uma posição geográfica estratégica, nomeadamente, nas zonas de reserva/áreas protegidas, e nas áreas onde se verificam maior número de prática de contraordenações, e que apresentem dificuldades de fiscalização.

A conciliar com a nova definição e determinação de Áreas Marinhas Protegidas (AMP), em que o Governo Regional pretende que esteja implementado em final de 2023.

Reforçar a necessidade de alteração legislativa que permita que a recolha de imagens provenientes das Câmaras de Vigilância seja usada como prova da infração, e assegurara a sua validação pela Comissão Nacional da Proteção de Dados.

Objetivo Estratégico 5: Reforçar a melhoria das políticas de gestão da Pesca na Região

De modo a facilitar a ação inspetiva, deverá a IRP tomar as diligências adequadas por forma a impedir que as embarcações de pesca com licença para palangre tenham, dentro da embarcação, e na mesma maré, outra arte de pesca, através da sensibilização da Direção Regional das Pescas para alteração da regulamentação existente.

Também se entende ser de continuar a insistir pela alteração às percentagens do Isco e da Caldeirada definidas para as embarcações que se dedicam à pesca do "Chicharro" (*Trachurus picturatus*), entre outras medidas gestionárias, como a marcação do isco, e a atribuição das caixas da lota.

Objetivo Operacional 8 - Promover a fiscalização em colaboração com outros organismos e instituições dotados de poderes de vigilância, inspeção e fiscalização

Objetivo Operacional 9 - Reforçar a necessidade de implementar o sistema de monitorização contínua (VMS/EMC), nas embarcações com licença da arte de palangre

Objetivo Estratégico 6 - Prosseguir a melhoria dos procedimentos de Inspeção

Sendo a área contraordenacional o corolário da atividade inspetiva da IRP bem como das autoridades policiais que cooperam na fiscalização das pescas, pelo volume processual, pela importância capital no respeito pelas regras da pesca sobretudo pela importância na gestão e preservação das espécies bem como do impacto ambiental, é premente a implementação de um sistema adequado de gestão de todo o procedimento contraordenacional que vise, por um lado, a correta instrução do procedimento contraordenacional, e, por outro lado, que minimize a possibilidade de prescrição, assegurando, também, e desta forma, a boa cobrança das coimas aplicadas.



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas

Tem sido efetuado um esforço extraordinário para redução da pendência, de modo a evitar o elevado número de prescrições, de apensos e cúmulos jurídicos.

Tendo como máxima que a ação inspetiva tem de ser aproximada da aplicação da contraordenação, em que culmina, em termos de tempo, por forma a inclusive a tornar as decisões eficazes e oportunas em termos de punição e de dissuasão. Pois, a distância entre a prática da infração e a punição não abona a favor do instituto da contraordenação nem da missão da IRP. Assim como, os processos prescritos e as coimas não cobradas geram um sentimento de impunidade no infrator e de descrédito da IRP, e das outras entidades com competências autuantes.

Objetivo Operacional 10 - Implementação do Programa Informático de Gestão no âmbito da atividade Inspetiva, e respetivos procedimentos, com interligação à parte contraordenacional

Objetivo Operacional 11 - Melhorar os Procedimentos de Instrução e Decisão dos processos de contraordenação

Objetivo Operacional 12 - Reduzir o tempo médio de conclusão da fase de instrução

Objetivo Estratégico 7 - Otimizar e reforçar os recursos humanos, financeiros e equipamentos, para tornar o serviço mais eficiente e eficaz

Os recursos humanos são o ativo mais valioso de uma organização, sendo, por isso, fundamental criar as condições adequadas ao seu melhor desempenho.

Atentos à peculiaridade da ação inspetiva e à especificidade da área, e para que não seja comprometido o exercício de competências, e se assegure o cumprimento dos normativos legais regionais, nacionais e comunitários no que respeita ao desempenho das funções inspetivas, há que necessariamente reforçar o quadro de pessoal.

Relativamente aos recursos financeiros necessários tem havido sempre um esforço de adequar as verbas disponíveis aos objetivos traçados melhorando sempre os resultados obtidos, o que só se tem demonstrado possível através de uma utilização cada vez mais eficiente e eficaz das mesmas.

Objetivo Operacional 13 - Reajustamento da Estrutura Orgânica

Objetivo Operacional 14 - Valorização Profissional



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas e de Usos Marítimos

**INSPEÇÃO REGIONAL DAS PESCAS
E DE USOS MARÍTIMOS**

Plano de Atividades

2023



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas e de Usos Marítimos

Índice

Introdução	4
Caracterização do Setor	5
Caracterização do Serviço	6
Missão e Atribuições	6
Recursos	8
Objetivos e Atividades Previstas	12



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas e de Usos Marítimos

Controlo de Versões

Versão 1 - janeiro de 2023

N.º Versão	Data	Alteração
2		
3		



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas e de Usos Marítimos

Introdução

Em cumprimento da alínea b) do n.º 2, do artigo 33.º, do Decreto Regulamentar Regional n.º 12/2021/A, de 02 de julho, alterado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 21/2022/A, de 04 de novembro - Orgânica da Secretaria Regional do Mar e das Pescas este plano de atividades pretende servir como instrumento de planeamento de projetos, ações e rotinas a desenvolver pela Inspeção Regional das Pescas e de Usos Marítimos neste ciclo de gestão anual.

Com alteração à orgânica produzida pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 21/2022/A, de 04 de novembro, esta Inspeção Regional aumentou o seu leque de competências, tendo agora jurisdição para as embarcações marítimo-turísticas.

Sendo, contudo, que as competências não foram ainda cabalmente transferidas, e que carecem de adaptação à estrutura deste serviço, assim como de criação de procedimentos internos para a sua efetivação, e ainda de norma de transferência a consignar no diploma que aprova o Orçamento da Região.

No âmbito territorial da competência da Região Autónoma dos Açores (RAA) cabe à Inspeção Regional das Pescas e de Usos Marítimos executar o controlo, inspeção e fiscalização destinado a garantir, assegurar e asseverar o cumprimento das regras da Política Comum de Pescas (PCP), aplicáveis a todas as atividades da pesca.

A natureza arquipelágica da RAA aliada à grande descontinuidade geográfica entre as 9 ilhas do arquipélago, resulta obrigatoriamente numa dispersão bastante assinalável dos meios humanos e materiais necessários para garantir a existência de mecanismos de fiscalização e controlo eficazes e efetivos, e consentâneos com a PCP.

Neste sentido, e tendo sempre por base, fazer com que a pesca se adeque ao estado de exploração ou à condição dos recursos disponíveis e sua relativa abundância, entre eles a interdição ou restrição do exercício da pesca em certas áreas, ou por certos períodos, ou com certas artes e instrumentos, atentos à sua seletividade, e a fixação de condições de utilização das artes e instrumentos de pesca.

E, considerando a vigilância e a monitorização contínua, via satélite, um instrumento privilegiado no reforço da fiscalização e controlo do exercício da pesca, permitindo uma melhoria substancial na localização das embarcações, da vigilância das áreas de pesca e do controlo de desembarques ilegais.

Os recursos humanos existentes são manifestamente insuficientes para fazer face ao cumprimento de todas as competências da IRP, assim como a sua estrutura orgânica é desajustada ao bom funcionamento.

O presente plano de atividades assume carácter de continuidade relativamente aos exercícios anteriores, e com particular relevância para o ano seguinte, tendo em conta a avaliação bianual do desempenho dos trabalhadores.



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas e de Usos Marítimos

O presente documento foi realizado sem considerar o QUAR da Secretaria Regional do Mar e das Pescas.

Caracterização da Atividade

A grande descontinuidade geográfica entre as 9 ilhas do arquipélago da Região Autónoma dos Açores resulta obrigatoriamente numa dispersão assinalável dos meios humanos e materiais necessários para garantir a existência de mecanismos de fiscalização e controlo eficazes e consentâneos com os objetivos que à IRP cabe cumprir.

A singularidade das suas águas, para além de limitar as áreas disponíveis para a atividade piscatória, de importância vital para a autossustentabilidade regional e para o desenvolvimento sócio-económico, torna indispensável a sua preservação, através de políticas de gestão que promovam a racionalidade da sua exploração, e o exercício de um controlo eficaz das atividades da pesca.

Em termos de abrangência geográfica é competência da IRP efetuar a fiscalização e controlo de toda a subárea dos Açores da ZEE nacional, com uma extensão de 931.000 de km² e que representa cerca de 56% da ZEE portuguesa.

A frota pesqueira da Região Autónoma dos Açores é composta por 506 embarcações regionais de pesca licenciadas. É constituída maioritariamente por embarcações com comprimentos inferiores a 9 metros, à data, representam cerca de cerca de 60% do total de embarcações.

Da análise da distribuição espacial da frota regional de pesca verifica-se que a ilha de São Miguel é aquela que apresenta o maior número de embarcações licenciadas representado cerca de 30% da totalidade da frota licenciada da Região Autónoma dos Açores.

À IRP incumbe, ainda, a fiscalização do cumprimento das disposições legais em matéria que não esteja especialmente confiada a outras entidades, relativa às atividades marítimo-turísticas.

As atividades a realizar sustentam-se na promoção de uma cultura de prevenção e de cumprimento da legislação em matéria inclusive de turismo, procurando em paralelo envolver a orientação para um turismo que se quer sustentável, seguro e adaptado à realidade regional, em consonância com a preservação dos recursos.

A área de intervenção da IRP pode ser resumida do seguinte modo:

- 48 Portos e cerca de 55 portinhos
- 11 Lotas
- 506 embarcações de pesca profissional, a que acrescem as da RAM,



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas e de Usos Marítimos

do Continente português e Comunitárias

- 2.500 Pescadores profissionais (inclui apanhadores)
- 1.235 Embarcações de pesca lúdica
- 2.571 Caçadores-submarinos
- 6 Estabelecimentos de Aquicultura
- 176 Embarcações marítimo-turísticas (incluindo operadores)

E, ainda:

- . alguns milhares de utilizadores lúdicos
- . algumas centenas de locais de comercialização de pescado fresco
- . algumas dezenas de vendedores ambulantes de pescado fresco

Caracterização do Serviço

A Inspeção Regional das Pescas e de Usos Marítimos (IRP) é o serviço da Secretaria Regional do Mar e das Pescas, ao qual incumbe, na Região Autónoma dos Açores, programar, coordenar e executar, em colaboração com outros organismos e instituições dotados de poderes de vigilância, a fiscalização e o controlo da pesca marítima, da aquicultura e das atividades conexas, e das atividades marítimo-turísticas.

Missão e Atribuições

O Decreto Regulamentar Regional n.º 12/2021/A, de 02 de julho, alterado pelo do Decreto Regulamentar Regional n.º 21/2022/A, de 04 de novembro regula a atuação da Inspeção Regional das Pescas e de Usos Marítimos, e atribui-lhe a função de autoridade regional para o controlo e fiscalização da atividade da pesca, exercida na Região Autónoma dos Açores, com a missão de fiscalização e controlo da pesca marítima, da aquicultura e das atividades conexas, adiante designadas por pesca, bem como das atividades marítimo-turísticas. Nos termos do artigo 30.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 12/2021/A, de 02 de julho, alterado pelo do Decreto Regulamentar Regional n.º 21/2022/A, de 04 de novembro, compete à IRP:

- Contribuir para a formulação da política de fiscalização e controlo das atividades da pesca e controlo da qualidade dos produtos deste setor;
- Coordenar, programar e executar, por si ou em colaboração com outros organismos e instituições, ações de fiscalização, vigilância e controlo que



Inspeção Regional das Pescas e de Usos Marítimos

asseguem o cumprimento dos normativos que enquadram o exercício da pesca, incluindo a movimentação e transação do respetivo pescado;

- Colaborar com as demais entidades com competência no controlo e acompanhamento da produção, qualidade e colocação no mercado dos produtos da pesca;
- Prevenir e reprimir o incumprimento das normas regionais, nacionais, comunitárias e internacionais, proceder ao levantamento de autos, instruir e decidir os processos de contraordenação que, por lei, lhe são cometidos;
- Coordenar, com a Autoridade Nacional de Pesca, a execução, na Região Autónoma dos Açores, da vigilância da pesca, no âmbito do Sistema de Fiscalização e Controlo das Atividades da Pesca (SIFICAP), e gerir e explorar o Sistema de Monitorização Contínua das Atividades da Pesca (MONICAP), relativamente a embarcações registadas nos portos da Região Autónoma dos Açores e as que operem no mar dos Açores;
- Propor projetos de diplomas com as medidas legislativas e regulamentares necessárias e adequadas ao eficaz controlo da pesca e ao desenvolvimento sustentável das atividades marítimo-turísticas;
- Efetuar estudos e elaborar pareceres relativos às matérias da SRMP relacionadas com o exercício das suas competências de inspeção, monitorização, controlo, vigilância e fiscalização;
- Divulgar a legislação e demais normativos reguladores das atividades da pesca, da movimentação e transação do pescado e das normas aplicáveis à produção e colocação no mercado dos produtos da pesca, junto das organizações de produtores, associações de armadores ou pescadores, associações empresariais, sindicatos, agentes económicos e público em geral, bem como elaborar e difundir as orientações necessárias à prevenção das infrações;
- Prosseguir, enquanto autoridade regional de fiscalização da pesca, as competências de fiscalização e controlo cometidas à Autoridade Nacional de Pesca cujo exercício legalmente esteja cometido à administração regional, designadamente autorizar o acesso a porto de navios de pesca de países terceiros e autorizar as remessas de importação, exportação, reimportação e reexportação de produtos da pesca no âmbito da Política Comum das Pescas, sem prejuízo das competências atribuídas por lei a outras autoridades;
- Assegurar o processamento e a gestão dos autos de contraordenação levantados por infrações aos regimes legais da atividade marítimo -turística, bem como aplicar as coimas e sanções acessórias correspondentes;
- Colaborar com as demais entidades com competência no controlo e fiscalização das atividades marítimo -turísticas;
- Divulgar a legislação e demais normativos reguladores das atividades marítimo -turísticas, bem como elaborar e difundir as orientações necessárias à prevenção das infrações;
- Assegurar a realização de outras tarefas que, no âmbito da sua área de competências, lhe sejam distribuídas ou cometidas à sua responsabilidade.

A atividade da IRP não se esgota na fiscalização, inspeção e controlo de atividades piscatórias, fazendo parte das funções e serviços prestados por esta inspeção, entre outras, também:



Inspeção Regional das Pescas e de Usos Marítimos

- Validação de Certificados de Captura para pescado, Documento Estatísticos ICCAT para Atum Patudo e Documento de captura - registo eletrónico para Atum Rabilo (eBCD);
- Apoio à gestão das pescas, nomeadamente no apoio à análise e interpretação dos dados da pesca;
- Fomentar e colaborar em ações de formação na área das pescas em particular no âmbito da legislação nacional, regional e comunitária da pesca em vigor e aplicável na Região;
- Certificação INN - Pesca Ilegal Não Declarada (importação de produtos da pesca de países terceiros);
- Participação na Cogestão da ameijoia de São Jorge e na do Chicharro;
- Participação no Programa Blue Azores, relativo á definição de áreas marinhas Protegidas.

Recursos

Recursos Humanos

Para desenvolver as competências que lhe estão organicamente atribuídas, a IRP possui atualmente um quadro de pessoal composto pela Inspetora Regional (cargo de nomeação, em comissão de serviço), Chefe de Divisão da Divisão de Inspeção e Apoio Jurídico, 2 técnicos superiores juristas (ambos em comissão de serviço, mantendo-se a dúvida sobre o efetivo vínculo de um deles a esta inspeção), 10 inspetores de pesca da carreira de inspetor superior, 1 inspetor de pescas da carreira de inspetor-adjunto (em comissão de serviços), 1 coordenadora técnica (lugar vago), e 5 Assistentes Técnicos (encontrando-se um em licença sem vencimento de longa duração), num total de 13 funcionários em exercício.

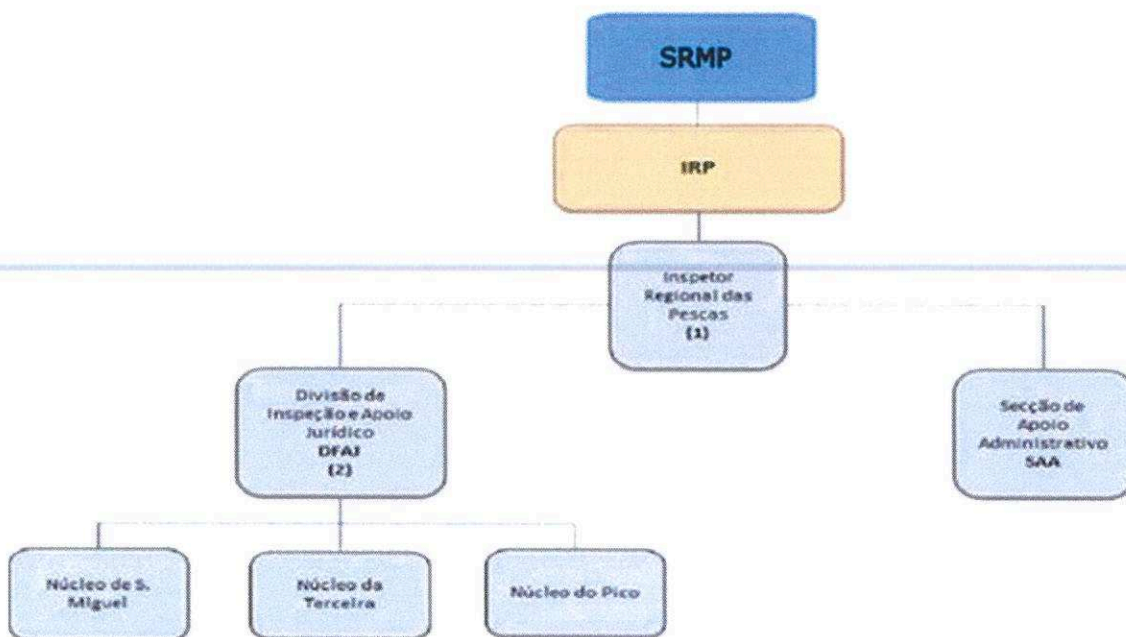
Em termos geográficos, e apesar de exercer a sua atividade em todas as ilhas do arquipélago, a IRP está sedeadada na ilha do Faial, possuindo núcleos inspetivos, nas ilhas do Pico, Terceira e São Miguel, distribuindo-se o pessoal afeto e em exercício a esta inspeção da seguinte forma:

Chefe de Divisão	1
Inspetores Superiores de Pesca	10
Assistentes Técnicos	4
Total	15



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas e de Usos Marítimos

A Inspeção Regional das Pescas e de Usos Marítimos,
apresenta o seguinte **organograma**:



- (1) Cargo equiparado a subdiretor regional
(2) Chefe de Divisão



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas e de Usos Marítimos

Recursos Financeiros

Orçamento Estimado			Total
Funcionamento	Despesas c/ pessoal	784 110,00 €	793 110,00 €
	Aquisição de bens e serviços correntes	9000,00 €	
Plano	Ação 1	90 000,00 €	225 980,00 €
	Ação 2	25 000,00 €	
	Ação 3	110 980,00 €	
			1 019 090,00 €

Ação 1 - Controlo e inspeção;

Ação 2 - Plano de Ação do Sistema Nacional de Controlo das Pescas: Capacidade inspetiva, Formação e Sensibilização;

Ação 3 - Plano de Ação do Sistema Nacional de Controlo das Pescas: Acompanhamento, Vigilância e Gestão Eletrónica.

Instalações:

A IRP, dispões de serviços, com corpo inspetivo, nas seguintes moradas:

IRP - Sede (Faial)

Rua Cônsul Dabney – Colónia Alemã 9900-014 Horta

IRP - Núcleo Inspetivo do Pico

Edifício Matos Souto 9930-210 Piedade

IRP - Núcleo Inspetivo de São Miguel

Rua Eng.º Abel Ferin Coutinho, n.º 15 –3 1.º 9500-191 Ponta Delgada

IRP - Núcleo Inspetivo da Terceira

Edifício das Pescas Porto de São Mateus da Calheta 9700-555 Angra do Heroísmo



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas e de Usos Marítimos

Outros Recursos

No âmbito das suas competências, a IRP tem acesso a um conjunto de recursos que permitem potenciar a sua capacidade inspetiva. Não obstante a insuficiência de equipamentos, que se visa suprir, nomeadamente, através da aquisição de equipamentos, é de salientar que os atuais desenvolvimentos tecnológicos permitem que a implementação de medidas de controlo e monitorização seja auxiliada pela disponibilização e envio de informação em tempo quase real para as autoridades de gestão, controlo e fiscalização de pesca.

O GestIRP é outra das plataformas informáticas, que é utilizada para controlo da atividade inspetiva, nomeadamente a inserção dos relatórios de inspeção, dos relatórios de missões, para validação das apreensões, registo e inserção de autos de notícia, todo o processo de contraordenação e estatística.

Exemplo disso é o MONICAP (Sistema de Monitorização Contínua das Atividades da Pesca), os Diários de Pesca Eletrónicos e a partilha de dados de frota, licenciamento e atividade inspetiva entre as diferentes entidades com competência na matéria. A IRP tem trabalhado no sentido de agilizar o acesso às fontes de informação e desenvolver as rotinas que permitam potenciar essa informação, nomeadamente, em conjunto com a Direção Regional das Pescas (DRP), a LOTAÇOR, S. A. (Serviços de Lotas dos Açores, S.A.), a cujo portal tem acesso, designadamente, em matéria de descargas e a Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos.

O SIFICAP, Sistema Integrado de Vigilância, Fiscalização e Controlo das Atividades da Pesca, regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 79/2001, de 5 de março, permite a participação da Região Autónoma dos Açores, através da IRP, enquanto entidade que suporta as ações de vigilância, fiscalização e controlo das atividades da pesca. Este sistema possibilita, através do recurso às tecnologias de informação, a maximização do aproveitamento dos recursos, em meios humanos e materiais, e das capacidades existentes nas diversas entidades participantes, mediante o estabelecimento de uma melhor interligação e de uma mais estreita colaboração entre as mesmas.

Na mesma senda, a Região Autónoma dos Açores iniciou, em 2016, a implementação de um sistema de videovigilância de áreas costeiras com restrições à atividade da pesca, que tem tido um efeito dissuasor significativo para eventuais utilizações não regulares daquelas áreas, tendo como objetivo uma fiscalização e monitorização mais eficaz, nomeadamente, na área Marinha Protegida do Banco do Condor e na Reserva Natural dos Ilhéus das Formigas. Estando, ainda, 7 câmaras de vigilância já adquiridas com procedimentos em curso com vista à sua efetiva instalação, e em processo de aquisição 4 radares marítimos de acesso remoto por rede IP.



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas e de Usos Marítimos

Objetivos e Atividades Previstas

O Programa do XIII Governo Regional, prioriza a fiscalização das pescas, de modo a assegurar a sustentabilidade do sector. Neste sentido, enfatiza a consideração das crescentes evidências científicas que sinalizam, de forma preocupante, os efeitos da sobrepesca, a poluição marinha, e o impacto causado pelo aquecimento global.

Assim, relativamente à atividade do setor das pescas, o Governo fixou os seguintes objetivos:

- Realizar um estudo que identifique as principais dificuldades e desafios da fileira da pesca e conceba o conjunto de respostas que é necessário implementar para as superar e aproveitar, plenamente, o conjunto de potencialidades instaladas no sector ou que interessa instalar;
- Desenvolver mecanismos de regulação do sector que permitam obter uma distribuição mais justa dos rendimentos gerados na fileira da pesca, aumentando, por essa via, o rendimento dos pescadores;
- Reestruturar o FUNDOPESCA, estabelecendo regras claras de atribuição de apoios;
- Apostar na certificação e formação dos nossos pescadores, não só nas artes de pesca, como também ao nível da sustentabilidade ambiental e da segurança da atividade marítima;
- Reforçar os meios projetados para a Escola do Mar, no sentido de permitir o cumprimento integral da sua missão no âmbito da formação e da qualificação de recursos humanos nas diversas profissões ligadas ao Mar;
- Implementar um sistema eficaz de transporte aéreo do pescado, que o faça chegar rapidamente aos mercados relevantes, a custos competitivos. Nesse sentido, para além da necessária articulação e potenciação dos recursos existentes, deve estudar-se a solução de um cargueiro aéreo;
- Implementar mecanismos de ativação do mercado interno no âmbito da comercialização e consumo local dos produtos provenientes da fileira de pesca açoriana;
- Desenvolver sistemas de rastreabilidade que possam efetivamente criar valor ao pescado dos Açores;
- Reestruturar o sistema de lotas, de forma a reforçar a qualidade do serviço prestado no âmbito do apoio à produção, distribuição e comercialização do pescado nos Açores;
- Criar uma plataforma virtual que integre tecnologia associada à venda online, para os produtos do mar, que permita amplificar e diversificar a escala da oferta no sentido de alcançar um conjunto mais diversificado de compradores;
- Criar uma estratégia de promoção do nosso pescado, incidindo, em especial, sobre espécies menos procuradas e de menor valor comercial, no sentido de as valorizar e, em simultâneo, evitar a concentração do nosso esforço no conjunto de espécies mais valorizadas e por isso objeto de sobrepesca;



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Inspeção Regional das Pescas e de Usos Marítimos

- Diminuir a burocracia associada à pesca-turismo, para que a mesma se possa afirmar como uma fonte complementar de rendimento dos pescadores açorianos;
- Desenvolver uma estratégia mais eficaz no âmbito da promoção da aquicultura nos Açores, de forma a diminuir a pressão sobre os recursos pesqueiros e a integrar, plenamente, os Açores na dinâmica de um dos sectores que mais cresce a nível internacional;
- Elaborar um plano de recuperação do património histórico material e imaterial relacionado com as diferentes atividades desenvolvidas no âmbito marítimo, no sentido de preservar o nosso marco identitário e potenciar a sua utilização turística;
- Proceder à simplificação normativa e contraordenacional na área das pescas;
- Desenvolver uma estratégia para o sector das conservas, no sentido da sua inovação e diversificação;
- Criar mecanismos, sustentados em estudos científicos rigorosos e isentos, que aumentem a eficácia no âmbito da conservação e do controlo dos stocks de espécies com interesse comercial;
- Reivindicar que a República cumpra a suas funções de soberania, no âmbito da defesa e fiscalização do mar dos Açores;
- Consolidar a atratividade da Escola do Mar dos Açores, como ativo determinante nos *Clusters* do Mar, conferindo-lhe estatuto internacional, na formação de ativos provenientes de diversas regiões e o consequente reconhecimento dos Açores como centro de formação nas profissões do Mar.

De forma a atingir os objetivos definidos, a implementação de estratégias e missões seguirá a linha de trabalho até agora desenvolvida pela IRP, que passa por tornar mais eficazes e eficientes as tarefas que à IRP incumbem, em particular todo o trabalho inspetivo de controlo e fiscalização da atividade da pesca, assim como de instrução e decisão dos PCOMPM (Processos de Contraordenação em Matéria de Pesca Marítima), e quando articulado procedendo-se da mesma forma quanto à atividade marítimo-turística, o que poderá implicar uma nova versão do presente plano de atividades.

Estes objetivos foram designados tendo em conta as prioridades fixadas para o ano de 2023, podendo, por motivos de força maior, decorrentes de circunstâncias supervenientes, externas ou internas, ter que ser adaptados e alterados durante o ciclo de gestão a que se refere o presente documento.



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas e de Usos Marítimos

Os Objetivos Estratégicos definidos, assim como os Objetivos Operacionais que concorrem para a sua concretização são os seguintes:

Objetivo Estratégico 1 - Melhorar o controlo e monitorização da pesca e das atividades conexas

A IRP baseia a sua atuação no previsto no Decreto-Lei n.º 276/2007, de 31 de julho, adaptado à Região Autónoma dos Açores pelo Decreto Legislativo Regional n.º 40/2012/A, de 8 de outubro, tendo como função a aplicação dos normativos regionais, nacionais e comunitários em termos de inspeção, controlo, fiscalização e vigilância da pesca e nas atividades marítimo-turísticas.

Atentando à peculiaridade da ação inspetiva e à especificidade da área, assim como ao, que já vem sendo sistematicamente alvitado, e por impreterível, crescimento do quadro de pessoal, para que não seja comprometido o exercício de competências, e se assegure o cumprimento dos normativos legais regionais, nacionais e comunitários no que respeita ao desempenho das funções inspetivas, importa, particularmente, o reforço da fiscalização.

Objetivo Operacional 1 - Intensificar a Fiscalização

Importa garantir uma taxa de cobertura adequada das embarcações autorizadas a efetuar pesca, especialmente quando esta se dirija a espécies ICCAT, como é caso do atum-rabilho e do atum patudo.

Releva, também, e por recomendação da União Europeia, intensificar a fiscalização de embarcações que operam com arte de salto e vara. Deve também a fiscalização das embarcações com licença para mais do que uma arte de pesca ser intensificada, nomeadamente para as artes que não podem ser usadas em simultâneo, como o caso da arte por armadilha.

Na sequência da solicitação da indicação de números para ações de fiscalização no âmbito do Controlo e Inspeção aplicável à Campanha do Atum-Rabilho, para indicação à União Europeia, solicitou-se a disponibilização, após aprovação, do "Plano Anual de Controlo e Inspeção aplicável à Campanha da Pesca BFT 2023", o que só veio a ocorrer em fevereiro, no qual fica a IRP incumbida de:

- a) Exercer a monitorização VMS contínua à atividade desenvolvida pelas embarcações autorizadas a pescar ativamente "Atum-rabilho" (cfl > 12 metros);
- b) Inspeccionar pelo menos 40% das embarcações autorizadas a pescar ativamente "Atum-rabilho";
- c) Inspeccionar 50% do total de desembarques de "Atum-rabilho" realizados em portos designados;



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas e de Usos Marítimos

Não obstante os esforços realizados e considerando a necessidade de dar continuidade e aprofundar o trabalho desenvolvido, continuarão a ser executadas medidas que têm como principal objetivo potenciar a capacidade de controlo em matérias como a “fuga à lota”, tamanhos mínimos, excessos de capturas, épocas de defeso, captura de espécies proibidas, áreas proibidas, áreas marinhas protegidas e de reserva e a comercialização de pescado, que não cumprem as regras de gestão legalmente estabelecidas. Nesse sentido a IRP, em colaboração com outras entidades, reforçado através de protocolo de colaboração, nomeadamente, pretende durante o ano de 2023, continuar a reforçar o controlo da pesca e da comercialização de pescado na Região, incluindo os ambulantes, implementando missões inspetivas especialmente vocacionadas para estas áreas.

Estes esforços de fiscalização serão também assegurados através de propostas concretas de um maior controlo da fuga à lota, nomeadamente através da rastreabilidade de produtos de pesca, com propostas também relacionadas com o registo dos vendedores ambulantes e identificação das viaturas de venda de pescado fresco, já propostas mas que ainda não estão a ser aplicadas.

Articulação com a Lotaçor, S.A. e com a DGRM, em utilização de ferramentas a fim de melhorar a rastreabilidade dos produtos da pesca, nomeadamente:

- a) Para que seja declarada a “Arte de Pesca”, utilizada na captura de pescado, em conformidade com o Regulamento UE n.º 1379/2013, de 11 de dezembro, que se inicia na Lotaçor, S.A., e deverá ser mantido ao longo da cadeia de comercialização até ao consumidor final, evitando também a possibilidade de haver capturas com artes proibidas para aquela determinada espécie ou de embarcações não licenciadas para determinada arte de pesca;
- b) Informação do n.º de Lote na fatura, e a partir daquele n.º ter acesso ao conjunto de informação necessária ao cumprimento de todos os requisitos legais e informação sobre a origem do lote;
- c) Informação relativa ao n.º de exemplares de crustáceos na fatura, a fim de evitar a utilização do mesmo documento de aquisição para mais exemplares do que os transacionados em lota;
- d) Registo dos Vendedores Ambulantes, uma vez que o CAE da venda ambulante engloba uma quantidade enorme de atividades e não permite identificar o n.º exato de vendedores ambulantes da RAA, foi solicitando a contabilização e identificação dos compradores de pescado em Lota, que sejam vendedores ambulantes a fim de se fazer uma avaliação deste setor.

Reforçar missões conjuntas ao nível do SIFICAP, e introduzir as entidades SIFICAP no controlo e fiscalização de espécies ICCAT, que na Região será a primeira vez que realizarão este tipo de inspeção.

Na senda do combate à “fuga à lota”, reforçar a proposta já apresentada de redução da quantidade permitida de isco e de caldeirada para as embarcações com licença para a utilização de redes de cerco, assim como a redução do número de caixas da lota para



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas e de Usos Marítimos

acondicionamento do pescado em circulação, cujo estudo já foi realizado relativamente à sua viabilidade, assim como preconizar a marcação do isco para que não seja suscetível de ser comercializado.

Melhorar os procedimentos relativos ao controlo e inspeção, por forma a ir ao encontro do cumprimento do Regulamento do Controlo, Regulamento CE n.º 1224/20'09, do Conselho de 20 de novembro, no que respeita às autorizações de acesso a porto e de desembarque de pescado congelado nos portos da Região, em estreita articulação com a DGRM, considerando serem embarcações não nacionais - de pavilhão espanhol, cuja competência não é direta, mas sim delegada, com a obrigação de envio dos relatórios resultantes das missões.

Objetivo Operacional 2 - Assegurar a certificação de entrada de produtos da pesca vindos de países terceiros

A IRP certifica a captura dos produtos de pesca provenientes de países terceiros, por forma a proceder-se à verificação nos termos do determinado no Regulamento CE n.º 1005/2008, de 29 de setembro. Procedimento sempre articulado com a DGRM, na qualidade de Autoridade Nacional de Pescas, com relatórios a esta enviados, que enquanto entidade responsável pelo controlo e fiscalização de atividades de pesca nos Açores, deve continuar a afirmar-se no processo de certificação de captura dos produtos de pesca provenientes de país terceiro.

Todos os produtos da Pesca ao serem introduzidos na Comunidade necessitam de ser submetidos a um controlo documental relativos aos Certificados de Captura, no Âmbito do Regulamento CE n.º 1005/2008, de 29 de setembro (Pesca Ilegal, Não declarada e Não Regulamentada INN).

Os Produtos da Pesca entram na Comunidade Europeia, através do Posto de Controlo Fronteiriço (PCF) de Ponta Delgada, sendo que a fiscalização relativa à conformidade de captura deste pescado cabe à IRP, efetuar e assim se cumprem com os requisitos deste regulamento comunitário.

Estabeleceu-se um procedimento coordenado com a Direção da Alfândega de Ponta Delgada e com a Direção Regional da Agricultura, da Secretaria Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural, unindo esforços no combate à Pesca Ilegal, não declarada e não regulamentada, que constitui uma das mais graves ameaças para a exploração sustentável dos recursos aquáticos vivos e compromete o próprio fundamento da Política Comum das Pescas e dos esforços envidados a nível internacional para promover uma melhor governação dos oceanos, através da análise dos certificados de captura para análise e verificação do cumprimento dos requisitos legais, para haver uma decisão relativa à Autorização de Importação.



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspecção Regional das Pescas e de Usos Marítimos

Objetivo Operacional 3 - Implementação de Radares e Câmaras de videovigilância

De modo a assegurar uma fiscalização, monitorização e dissuasão eficiente de atividades ilegais de pesca, tem vindo a ser desenvolvido um programa de instalação de Câmaras de Vigilância e Radares, espalhados pelos Açores, e a serem interligados e complementares ao Projeto VTS - Nacional. Assim, de modo a melhorar as condições de prevenção e repressão das infrações aos regimes vigentes em matéria de navegação e proteção do meio marinho, com locais já definidos para a instalação que terão uma posição geográfica estratégica e nas áreas onde se verificam a necessidade de uma intensificação de uma monitorização maior pelo número de prática de contraordenações, e que apresentem dificuldades de fiscalização.

Aguarda-se a alteração legislativa, já proposta e com pronúncia pela Comissão Nacional da Proteção de Dados, que permita que a recolha de Imagens provenientes das Câmaras de Vigilância seja usada como prova da infração.

Objetivo Estratégico 2: Melhorar e colaborar na implementação das políticas de gestão da Pesca na Região

De modo a facilitar a ação inspetiva, dar continuidade à instalação de equipamentos VMS/EMC - MONICAP (Monitorização Contínua das Atividades de Pesca), nas embarcações de pesca da Região, que se iniciou o ano passado, tendo sido selecionadas 30 embarcações, com licença para a utilização das artes de palangre.

Estando em curso a aquisição dos restantes equipamentos para cumprimento do estabelecido na Portaria Regional n.º 116/2018, de 25 de outubro, com última redação da Portaria Regional n.º 136/2021, de 31 de dezembro, para que todas as embarcações autorizadas ao uso das artes de palangre possam ser monitorizadas.

Sensibilizar para que as embarcações de pesca com licença para palangre não tenham, dentro da embarcação, e na mesma maré, outra arte de pesca.

Insistir na proposta de alteração às percentagens do Isco e da Caldeirada definidas para as embarcações que se dedicam à pesca do "Chicharro" (*Trachurus picturatus*).

Objetivo Operacional 4 - Potenciar a fiscalização em colaboração com outros organismos e instituições dotados de poderes de vigilância, inspeção e fiscalização

A IRP continuará a reforçar a coordenação regional da fiscalização do Mar dos Açores com as entidades SIFICAP presentes na Região, nomeadamente a Marinha e a GNR, mantendo reuniões de coordenação com carácter regular tendo como principal objetivo programar, coordenar e executar a fiscalização e o controlo da pesca marítima, da



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas e de Usos Marítimos

aquicultura e das atividades conexas, assim como as atividades marítimo-turísticas, desenvolvidas na Região Autónoma dos Açores.

As missões conjuntas a realizar pelas diferentes entidades SIFICAP presentes na Região, têm como objetivo potenciar sinergias e melhorar a capacidade de resposta em todas as matérias de fiscalização e inspeção, bem como a uniformização dos procedimentos de atuação, tornando dessa forma a missão de todas as entidades mais eficiente e eficaz.

De modo a cumprir os objetivos estabelecidos, nomeadamente, o de programar, coordenar e executar, em colaboração com outros organismos e instituições dotados de poderes de vigilância, a fiscalização e o controlo da pesca marítima, da aquicultura e das atividades conexas, este serviço inspetivo continuará a desempenhar a sua missão no sentido de efetuar a melhoria contínua do controlo, inspeção e fiscalização das atividades de pesca e conexas e das atividades marítimo-turística, que inclui a observação de cetáceos, maximizando os meios humanos e financeiros à sua disposição, em estreita colaboração com as restantes entidades com competência na matéria.

Não é proposto um aumento porque este serviço já realiza, por ano, um número elevado de ações inspetivas (mais de 500). E, o que importa também referir, há que ter em conta a escassez de recursos humanos que se verifica no âmbito inspetivo deste serviço, que poderá vir a resultar numa diminuição de ações.

Objetivo Estratégico 3 - Melhorar os Procedimentos de Inspeção

Reconhecendo que a área contraordenacional é o corolário da atividade inspetiva da IRP bem como das autoridades policiais que cooperam na fiscalização das pescas, pelo volume processual, pela importância capital no respeito pelas regras da pesca sobretudo pela importância na gestão e preservação das espécies bem como do impacto ambiental, foi concebido o Programa Informático GestIRP, e reformulados os procedimentos, plasmados em Manual, no que respeita à tramitação e respetivo tratamento de dados dos processos contraordenacionais, que só no corrente ano passou a abranger todas as da gestão de processos contraordenacionais e da atividade inspetiva, e que está em fase de implementação faseada, com necessárias adaptações e melhorias.

Objetivo Operacional 5 - Melhorar os Procedimentos de Instrução e Decisão de PCOMPM

Foi efetuado um esforço extraordinário para redução da pendência, que se pretende dar continuidade, tendo-se optado por simplificar as decisões, e aproveitar os processos com instrução realizada e concluída pelas entidades externas sem que seja nomeado instrutor interno, ficando a verificação da conformidade legal destes a ser avaliada apenas na fase da decisão.



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas e de Usos Marítimos

Falta de controlo dos pagamentos das coimas decididas e incapacidade de cobrança das mesmas, não procedendo à sua execução. Pelo que se tem de caminhar para referências de pagamento, para facilitar o pagamento assim como a verificação do seu cumprimento.

Tendo como máxima que a ação inspetiva tem de ser aproximada da aplicação da contraordenação, em que culmina, em termos de tempo, por forma a inclusive a tornar as decisões eficazes e oportunas em termos de punição e de dissuasão. Pois, a distância entre a prática da infração e a punição não abona a favor do instituto da contraordenação nem da missão da IRP. Assim como, os processos prescritos e as coimas não cobradas geram um sentimento de impunidade no infrator e de descrédito da IRP, e das outras entidades com competências autuantes.

Neste sentido, a IRP desenvolverá os esforços necessários para reformular e simplificar a tramitação contraordenacional da Inspeção Regional das Pescas, de modo a assegurar uma maior eficácia dos procedimentos, propondo a instalação de um verdadeiro programa de gestão. Pretende-se um Manual da Tramitação do Procedimento Contraordenacional, uniformizador, inclusive a título de documentos, contendo minutas, e a implementação de um Programa Informático de Gestão que interligue a atividade inspetiva à contraordenacional, que permitirá um maior controlo e segurança a tramitação do procedimento contraordenacional.

Objetivo Estratégico 4 - Otimizar e reforçar os recursos humanos, financeiros e equipamentos, para tornar o serviço mais eficiente e eficaz

Os recursos humanos são o ativo mais valioso de uma organização, sendo, por isso, fundamental criar as condições adequadas ao seu melhor desempenho.

Atentos à peculiaridade da ação inspetiva e à especificidade da área, e para que não seja comprometido o exercício de competências, e se assegure o cumprimento dos normativos legais regionais, nacionais e comunitários no que respeita ao desempenho das funções inspetivas, há que necessariamente reforçar o quadro de pessoal.

Relativamente aos recursos financeiros necessários tem havido sempre um esforço de adequar as verbas disponíveis aos objetivos traçados melhorando sempre os resultados obtidos, o que só se tem demonstrado possível através de uma utilização cada vez mais eficiente e eficaz das mesmas. Mostra-se urgente a aquisição de equipamentos eletrónicos.

Objetivo Operacional 6 - Reajustamento da Estrutura Orgânica

Pretende a IRP a reforçar o seu quadro de recursos humanos, designadamente, nas funções inspetivas, administrativas e jurídicas, importa realizar um reajustamento da estrutura orgânica, descentralizando as diversas competências da IRP, tendo por referência o binómio recursos/missão.



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspecção Regional das Pescas e de Usos Marítimos

Afetar um jurista para a função exclusiva de gestão da atividade contraordenacional (pela especificidade da função que exige conhecimento jurídico) que faça a ponte entre autuante, instrutor e decisor, compreendida entre a receção de um auto de notícia, até à decisão e mesmo no pós decisão, acompanhando o pagamento integral, pagamento em prestações, necessidade de execução da coima e das custas através do Ministério Público e Autoridade Tributária (respetivamente), impugnação ou revogação da decisão e, por fim, a extinção do procedimento por arquivamento, execução ou não, por insuficiência económica do arguido.

Tendo em conta a complexidade do procedimento de gestão da atividade contraordenacional, pela especificidade da função, que exige conhecimento jurídico, a par da necessidade de acompanhamento permanente, por força dos prazos processuais e riscos de prescrição, é inconciliável o exercício de tal função com as amplas funções do chefe de divisão descritas na lei orgânica da Secretaria Regional do Mar e das Pescas (Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2015/A, de 20 de fevereiro) justificando uma futura alteração formal da orgânica da IRP. Todavia, como importa dinamizar de imediato a IRP e evitar desde logo a prescrição contraordenacional que se tem verificado nos últimos anos, entendemos ser urgente conveniência do serviço, a descentralização das competências supramencionadas, para que se possa assessorar a Inspectora Regional das Pescas nesta área de intervenção fulcral para a IRP.

Objetivo Operacional 7 - Manter a presença das equipas inspetivas no Terreno

Como já foi referido, devido aos constrangimentos causados pela pandemia de COVID-19, ao número elevado de ações inspetivas já realizado por este serviço, e à escassez de recursos humanos, comparativamente a outros serviços inspetivos que possuam mais equipas, não é proposto um aumento de missões inspetivas. Todavia, se a Pandemia assim o permitir esse será o objetivo.

Objetivo Operacional 8 - Valorização Profissional

Pretendemos desenvolver, também, maior autonomia relativamente à autoridade nacional de pescas, nomeadamente na pesca de atum-rabilho, Relativamente à mesma matéria, está solicitada a calendarização de formação sobre certificação e comercialização atum-rabilho, a cargo da DGRM, assim como, formações sobre tramitação de processo contraordenacional, sobre medidas de gestão, técnicas e de controlo aplicáveis às pescarias nacionais, sobre eBCDs, Diários de Pesca Eletrónicos, sobre regimes sancionatórios nacionais, sobre o SIFICAP e sobre identificação da espécie por análise laboratorial de ADN.

Está, também, prevista uma formação, a ministrar à GNR, sobre legislação regional da pesca, tamanhos mínimos, instrução processual e contraordenações.

Formações da Agência Europeia do Controlo das Pescas, sobre Western Waters JDP Training for EU Inspectors.



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspecção Regional das Pescas e de Usos Marítimos

Relativamente a certificados INN, foi solicitada, à DGRM, uma formação sobre os Procedimentos Alfandegários para os Procedimentos da Pesca e Aquicultura.

Importa mencionar que, à data do presente documento, não temos conhecimento do programa de formação do CEFAPA (Centro de Formação da Administração Pública dos Açores), que releva, especialmente, nas áreas de contratação pública e de processos contraordenacionais.

De notar que, presentemente, nenhum membro do corpo inspetivo da IRP está habilitado a aceder autonomamente às zonas de acesso restrito e condicionado dos Aeroportos Nacionais, habilitação que depende de formação ministrada pela Autoridade Nacional de Aviação Civil, tratando-se esta matéria de competência da DGRM, já solicitado.

Objetivo Estratégico 5 - Controlo e fiscalização das atividades marítimo-turísticas

A IRP de acordo à orgânica, é responsável pela fiscalização do cumprimento das disposições legais relativas às atividades marítimo-turísticas, em colaboração com as demais entidades com competência na matéria.

Deste modo, a atividade da IRP é principalmente inspetiva/fiscalizadora, focando-se na realização de ações que promovam o cumprimento das normas legais e regulamentares, relativas às atividades das empresas marítimo-turísticas.

Objetivo Operacional 9 - Formação Profissional

Tendo em conta que se trata de uma matéria nova para o funcionamento da IRP, há que assegurar a formação aos trabalhadores, com especial incidência para o corpo inspetivo a quem incumbe realizar as missões de controlo e fiscalização, de forma a habilitar ao exercício cabal de competências.

Objetivo Operacional 10 - Criação e implementação de procedimentos de inspeção/fiscalização

Estabelecer procedimentos com vista à organização e execução de missões inspetivas, e de articulação com as diferentes entidades com competência na matéria, particularmente no que respeita ao licenciamento das atividades marítimo-turísticas, inclusive partindo da análise do mercado existente, e culminando na elaboração de modelos de relatórios de inspeção, e inserindo esta matéria no Programa de Gestão da Atividade Inspetiva assim como no Procedimento contraordenacional, da IRP.



Região Autónoma dos Açores
Secretaria Regional do Mar e das Pescas
Inspeção Regional das Pescas e de Usos Marítimos

Objetivo Operacional 11 - Realização de missões inspetivas

Receber as reclamações apresentadas e averiguar do seu fundamento, recolhendo informações sobre as atividades inspecionadas, e instaurar e instruir processos de contraordenação, nos termos da lei, adotando as medidas cautelares necessárias e urgentes para a preservação de meios de prova.

Alertar os departamentos competentes das infrações de que tenha conhecimento e que não seja competente em razão da matéria

Nota: Objetivo Estratégico a aplicar apenas aquando da efetivação da transferência de competências.